

... continuação

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante. **p) Receitas de contratos com clientes: (i) Receita de serviço:** A Companhia adota o CPC 47 (IFRS15), o qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente. A Companhia reconhece a receita quando: identifica os contratos com os clientes; identifica as diferentes obrigações do contrato; determina o preço da transação; aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e satisfaz todas as obrigações de desempenho. As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. **(ii) Receita de construção:** A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47/ICPC 01 e OCP 05, à medida que todas as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato (Nota Explicativa nº 11), onde a Companhia estima que o valor justo da contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, seja equivalente aos custos de construção mais a incorporação da margem de lucro de 1%.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2022	2021	2022	2021	2022	2021
310.139	370.232	(307.038)	(366.530)	3.101	3.702

q) Benefícios a empregados: (i) Obrigações de aposentadoria: Como parte de sua estratégia de remuneração a Companhia concede aos seus integrantes a opção de adesão ao plano de previdência complementar, firmando junto à Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S.A. ("MetLife"). Em 29 de setembro de 2021, por meio da Portaria PREVIC nº 640, publicado no Diário Oficial da União, foi aprovada a retirada de patrocínio da Companhia e o fechamento do plano de previdência complementar firmado junto à Vesty Previdência (anteriormente denominada Odebrecht Previdência). O novo plano de previdência complementar da Companhia, administrado pela MetLife proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contrapartidas mensais da patrocinadora. As contribuições da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foram de R\$ 487 e R\$ 697, respectivamente. O risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano junto à MetLife o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados. **(ii) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia possui provisão no montante de R\$ 5.957 e R\$ 4.723, respectivamente. **r) Ajuste a Valor Presente (AVP):** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **s) Arrendamento e Direito de uso:** O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. No início de um contrato, a Concessionária avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamentos, mensurados a valor presente com base nos pagamentos a serem realizados durante o prazo dos arrendamentos. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência), pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual e o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. O cálculo do valor presente dos ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamentos é realizado com base na taxa média de captação de dívidas no mercado, com prazos equivalentes e deduzidas da inflação acumulada. **2.3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade:** As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, não produziram impactos relevantes nas demonstrações contábeis da Companhia. **2.4. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **Contratos onerosos – Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37/CPC 25):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração

determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. **Alteração na norma IAS 16/CPC 27 Imobilizado:** Classificação de eventuais ganhos gerados antes do imobilizado estar em conformidade com as condições planejadas de uso. Esclarece que os itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições planejadas de uso, se vendidos, devem ter seus custos e receitas reconhecidos no resultado do exercício, não podendo compor/reduzir o custo de formação do imobilizado. **a) Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020** Foram feitas alterações nas normas: (i) IFRS 1/CPC 37, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; (ii) IFRS 9/CPC 48, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; (iii) IFRS 16/CPC 06 R2, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil; e (iv) IAS 41/CPC 29, abordando aspectos de mensuração a valor justo; **b) Alteração na norma IFRS 3/CPC 15:** Inclui correções nas referências com relação a Estrutura Conceitual das IFRS. **2.5. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a) Alteração na norma IAS 8/CPC 23:** altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **b) Alteração na norma IAS 12/CPC 32 –** traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **c) Alteração na norma IFRS 17/CPC 50 –** inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023; **d) Alteração na norma IFRS 16/CPC 06 –** trata da responsabilidade em um retro arrendamento, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; **e) Alteração na norma IAS 1/CPC 26:** Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante - esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024; Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como circulante ou não circulante. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. No entanto, em função dos impactos das Covid-19, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2024. **a. Alteração na divulgação de políticas contábeis, efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023.** Em fevereiro de 2021, o IASB divulgou alterações à IAS 1, que alteram os requisitos de divulgação no que diz respeito às políticas contábeis substituindo o termo "políticas contábeis significativas" por "informações materiais sobre políticas contábeis". As alterações fornecem orientações sobre quando é provável que as informações sobre a política contábil devam ser consideradas relevantes. As alterações à IAS 1 são efetivas para os períodos de relatório anual iniciados em ou após 1 de janeiro de 2023, com aplicação anterior permitida. A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante. **2.6. Lucro por ação:** A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). **3. Gestão de risco financeiro – a) Considerações gerais:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações. **b) Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio. **c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa são suficientes para atendimento às necessidades operacionais do negócio. O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Saldos em 31 de dezembro de 2022				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	196.822	31.590	-	-
Debêntures (i)	256.575	307.491	1.605.781	3.164.607
Cédula de Crédito Bancário (i)	57.956	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	240.200	26.216	-	-
Debêntures (i)	135.387	239.502	1.441.513	3.414.741
Cédula de Crédito Bancário (i)	55.828	-	-	-

(i) Como os valores incluídos na tabela são fluxos de caixa não descontados contratados, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para debêntures e empréstimos; (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração; (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação. **d) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros:** Companhia apresenta a seguir os quadros de sensibilidade para o risco de taxas de juros a que está exposta considerando que os eventuais efeitos temporais impactariam os resultados futuros tomando como base as exposições apresentadas em 31 de dezembro de 2022, sendo, os efeitos no patrimônio basicamente os mesmos do resultado. **(i) Ativos financeiros:** Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores do CDI, extraídos das projeções do Banco Santander em 13 de janeiro de 2023, foi definido como cenário provável (cenário I). A partir dele, foram calculadas variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). Para cada cenário, foi calculada a "receita financeira bruta", não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. O quadro a seguir demonstra a projeção do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses, considerando os saldos em 31 de dezembro de 2022.

Instrumento	Risco	Saldo em 31/12/2022	Cenário I Provável		Cenário II Adverso possível		Cenário III Adverso extremo	
			Taxa	Receita	Taxa	Receita	Taxa	Receita
Aplicações Financeiras	Redução no CDI	199.207	13,30%	26.494	9,98%	19.871	6,65%	13.247

(ii) Passivos financeiros: Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador sobre as dívidas a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2022, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores do CDI e IPCA vigente em 31 de dezembro de 2022, extraídos pelas projeções do Banco Santander e do Relatório Focus do BCV em 13 de janeiro de 2023, foi definido o cenário provável (cenário I) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e a partir deste, foi calculada variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III). O quadro a seguir demonstra a projeção do efeito da variação das taxas de juros no patrimônio líquido e no resultado futuro de 12 meses, considerando os saldos em 31 de dezembro de 2022:

Instrumento	Risco	Saldo em 31/12/2022	Cenário I Provável		Cenário II Adverso possível		Cenário III Adverso extremo	
			Taxa	Perda	Taxa	Perda	Taxa	Perda
Empréstimos	Alta no CDI	51.002	13,30%	(6.783)	16,63%	(8.479)	19,95%	(10.175)
Debêntures	Alta no CDI	65.366	13,30%	(8.694)	16,63%	(10.867)	19,95%	(13.041)
Debêntures	Alta no IPCA	190.744	5,31%	(10.129)	6,64%	(12.661)	7,97%	(15.193)

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente das projeções dos indexadores das dívidas da Companhia. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria. As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado. A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. **e) Exposição aos riscos de crédito:** As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições consideradas pela Administração como de primeira linha. **f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes:** Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização. **g) Debêntures e empréstimos:** As debêntures e os empréstimos, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado. **3.1. Gestão de capital:** A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2022 e 2021 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos e debêntures (Nota nº 15)	2.890.025	2.616.142
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 6)	(162.492)	(91.601)
Aplicações Financeiras (Nota nº 7)	(199.207)	(106.690)
Dívida líquida	2.528.327	2.417.851
Total do patrimônio líquido	872.964	839.194
Total do capital próprio e de terceiros	3.401.291	3.257.045
Índice de alavancagem financeira – %	74%	74%

3.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 incluem, portanto, estimativas que possuem risco

4. Instrumentos financeiros por categoria

Ativos, conforme o balanço patrimonial	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 6)	-	-	162.492	91.601
Aplicações financeiras (Nota nº 7)	199.207	106.690	-	-
Contas a receber (Nota nº 8)	-	-	64.783	58.708
	199.207	106.690	227.274	150.309
Passivos, conforme o balanço patrimonial	-	-	-	-
Empréstimos e debêntures (Nota nº 15) (i)	-	-	2.890.025	2.616.142
Arrendamento mercantil operacional (Nota nº 16)	-	-	24.521	5.748
Fornecedores (Nota nº 14)	-	-	223.367	260.010
Fornecedores – Partes relacionadas (Nota nº 17)	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	5.045	6.406
	-	-	3.142.958	2.888.306

(i) Valor líquido do custo de transação.

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros – A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou impaired pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber		
Contrapartes sem classificação externa de crédito	-	-
Pedágios	63.097	57.002
Receitas acessórias	1.686	1.706
Total de contas a receber	64.783	58.708
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contrapartes com classificação externa de crédito	-	-
Instituição financeira (i)	151.757	87.616
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	151.757	87.616
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	5	5
Bancos conta movimento	8.223	2.057
Numerários em trânsito	1.806	1.328
Fundo de troco	700	595
	10.734	3.985
	162.492	91.601

(i) A Companhia está sujeita à risco quanto a aplicação de recursos em instituições financeiras de mercado. A avaliação das instituições financeiras é realizada com base na análise do rating, conforme agências classificadoras de risco. O quadro a seguir demonstra os ratings de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Fitch, Moody's e Standard & Poor's, para as instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2022.

	Fitch	Moody's	Standard & Poor's
Banco do Brasil S.A.	AA	AAA	AA-
Banco BTG Pactual S.A.	AA	-	-
Banco Santander S.A.	AAA	AAA	AAA
Banco Finaxis S.A.	AAA	-	-
Banco ABC do Brasil S.A.	AAA	AA+	AAA
XP Investimentos S.A.	AA	-	AAA

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa geral	5	5
Numerários em trânsito (i)	1.806	1.328
Fundo de troco	700	595
Bancos conta movimento	8.223	2.057
Aplicações financeiras (ii)	151.757	87.616
	162.492	91.601

(i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente; (ii) Referem-se aos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e às operações compromissadas, remuneradas por taxas que variam entre 85% e 103% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a fundos de investimentos remunerados, a taxa média de 100% do CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados: **a) Perda (impairment) estimada de ativos financeiros e não financeiros:** A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de impairment tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros. **b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:** A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. **c) Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **d) Reconhecimento de receita de construção:** Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro, conforme interpretação técnica ICP 01. **e) Determinação da amortização dos ativos intangíveis:** A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. **3.3. Estimativa do valor justo:** Presupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

7. Aplicações financeiras

	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras (i)	31.331	27.683
Total de aplicações financeiras	31.331	27.683
Aplicações financeiras vinculadas (ii)	167.876	79.007
Total de Aplicações financeiras vinculadas	167.876	79.007
	199.207	106.690
Circulante	-	-
Não circulante	199.207	106.690

(i) Em 31 de dezembro de 2022, compõe o saldo de aplicações financeiras o montante de R\$ 31.331 (31 de dezembro de 2021 – R\$ 27.683), referente a aquisições de 735 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fornecedores CDB ("FIDC" ou "Fundo") efetuadas a partir de 29 de março de 2017, remuneradas à taxa de 100% do CDI. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado e tem como objetivo fortalecer os fornecedores da Companhia, de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado das vendas e taxas mais atrativas, quando comparadas às de mercado. É vetada a participação das empresas dos controladores do qual a Companhia faz parte como investidora e/ou sacada do Fundo. O Fundo tem por objeto a valorização das suas cotas, através da aplicação de seus recursos na aquisição de direitos creditórios que os fornecedores detêm contra a Companhia, sendo o saldo residual de caixa aplicado em instituições de 1ª linha, devidamente verificadas e validadas conforme critérios de elegibilidade e a gestão deste Fundo fica a cargo de uma administradora fornecedora da Companhia, de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado das vendas e taxas mais atrativas, quando comparadas às de mercado. É vetada a participação das empresas dos controladores do qual a Companhia faz parte como investidora e/ou sacada do Fundo. O Fundo tem por objeto a valorização das suas cotas, através da aplicação de seus recursos na aquisição de direitos creditórios que os fornecedores detêm contra a Companhia, sendo o saldo residual de caixa aplicado em instituições de 1ª linha, devidamente verificadas e validadas conforme critérios de elegibilidade e a gestão deste Fundo fica a cargo de uma administradora especializada; (ii) A aplicação financeira vinculada, refere-se à composição da conta pagamento atrelada à 2ª Emissão das Debêntures CBAN. Conforme disposição contratual, a partir de 01 de janeiro de 2021, a Companhia deverá depositar parcelas mensais que sejam necessárias, para que em 15 de abril de 2025, a Conta Pagamento ODTR11 compreenda o montante mínimo suficiente para quitação integral das Debêntures ODTR11, incluindo o valor nominal unitário, remuneração e eventuais encargos moratórios e qualquer outro valor devido no âmbito da Debênture ODTR11. A remuneração média da aplicação financeira no Fundo DI Títulos Públicos Premium (Santander) foi de 99,41% do CDI, nos últimos doze meses.

8. Contas a receber

	31/12/2022	31/12/2021
Automatic Vehicle Identification ("AVI") (i)	53.903	50.317
Vale pedágio (i)	7.838	6.685
Receitas acessórias	1.686	1.706
Cartões de Crédito e Débito	794	-
Valores a Receber do Poder Concedente (ii)	562	-
	64.783	58.708
Ativo circulante	58.867	54.040
Ativo não circulante	5.915	4.668

(i) As contas a receber são represent

... continuação				Concessionária Rota das Bandeiras S.A.			
Ativo não circulante				31/12/2022			
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	250.337	248.066					
Benefício fiscal (ágio) (i)	-	19.599					
Provisão para contingências (i) (a)	9.650	6.756					
Outras Provisões (i) (a)	294	260					
Provisão para conserva especial (i) (a)	2.456	3.214					
Participação nos lucros e resultados (i) (a)	2.025	1.606					
Resultado diferido (CPC 47) (i) (a)	1.150	1.756					
	265.913	281.258					
Passivo não circulante				31/12/2022			
Amortização da outorga (curva de demanda)	60.127	58.590					
Margem de construção	8.925	8.206					
Encargos financeiros	815	1.162					
Juros e encargos capitalizados	39.430	21.089					
Ajuste de adoção inicial (art. 69 Lei nº 12.973)	47.113	49.997					
Arrendamento Mercantil	(297)	(325)					
	156.112	138.719					
Tributos diferidos líquidos				31/12/2022			
Tributos diferidos ativos	265.913	281.258					
Tributos diferidos passivos	(156.112)	(138.719)					
	109.801	142.539					
A variação líquida em 31 de dezembro de 2022, quando comparada com o saldo em 31 de dezembro de 2021, relativa aos impostos diferidos totalizou uma redução de R\$ 32.738. (i) A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e o ágio (fundamentado em perspectiva de resultados futuros) reconhecido em função da incorporação de parte do acervo líquido da Controladora anterior (Odebrecht TransPort Participações S.A.), a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:							
Prejuízo fiscal e base negativa							
Ano	2023	2024	2025	2026 em diante	Outros (a)	Total	
	17.416	37.185	47.350	148.386	11.360	250.337	
	-	-	-	-	15.575	15.575	265.913
a) Diferenças temporárias de provisão para PLR, contingências, conserva especial e outros resultados diferidos que sofrem movimentações constantes de adições e exclusões, durante todo o período da concessão. Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro tributável que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de Imposto de Renda e Contribuição Social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.							
10. Depósitos judiciais							
Trabalhistas Cíveis							
Saldos em 31/12/2021	411	1.841	68.801	1.664	72.717		
Adições	344	3.171	11.360	-	14.876		
Baixas	(109)	(8)	-	(1.035)	(1.152)		
Atualização monetária	25	122	7.413	95	7.656		
Saldos em 31/12/2022	671	5.126	87.574	725	94.097		
Em 03 de agosto de 2018, a Companhia entrou com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar, conforme Processo nº 5019449-37.2018.4.03.6100, com a finalidade de que seja declarado o direito de excluir do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a dedução decorrente da amortização do ágio oriundo da incorporação de parte do acervo cindido do seu antigo acionista Odebrecht TransPort Participações S.A., ocorrida em 21 de dezembro de 2012, relativo às apropriações dos anos-calendário de 2014 e subsequentes. Em 14 de agosto de 2018, foi proferida a decisão em caráter liminar indeferindo a tutela de urgência pleiteada na ação, mas ficando autorizado o depósito judicial, o qual foi efetuado no dia 15 de agosto de 2018, no valor total de R\$ 37.369 (trinta e sete milhões, trezentos e sessenta e nove mil), como forma de suspender à exigibilidade dos tributos referidos.							
b) Movimentação							
Equipamentos de informática							
Custo	2.619	10	-	-	-	2.629	
Depreciação acumulada	(1.020)	(3)	-	-	-	(1.023)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.599	7	-	-	-	1.599	
Adições	1.052	-	247	52	37	1.388	
Baixas, líquidas de depreciação	(1)	-	-	-	-	(1)	
Reclassificação de ativos (i)	433	-	-	(37)	-	397	
Depreciação	(569)	(1)	(33)	(1)	-	(604)	
Saldo contábil	2.514	6	214	51	-	2.785	
Custo	4.102	10	247	52	-	4.411	
Depreciação acumulada	(1.588)	(4)	(33)	(1)	-	(1.626)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.514	6	214	51	-	2.785	
(i) Reclassificações de saldos entre Ativo Imobilizado e Ativo Intangível, referente a custos com equipamentos de informática de apoio administrativo e melhorias do ERP de gestão administrativa e financeira.							
Equipamentos de informática							
Custo	1.298	790	-	-	-	2.088	
Depreciação acumulada	(721)	(735)	-	-	-	(1.456)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	577	55	-	-	-	632	
Adições	1.344	-	148	148	-	1.492	
Baixas, líquidas de depreciação	(20)	-	-	-	-	(20)	
Reclassificação de ativos (i)	-	-	-	(148)	-	(148)	
Depreciação	(302)	(48)	-	-	-	(350)	
Saldo contábil	1.599	7	-	-	-	1.606	
Custo	2.619	10	-	-	-	2.629	
Depreciação acumulada	(1.020)	(3)	-	-	-	(1.023)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.599	7	-	-	-	1.606	
13. Intangível - a) Composição							
Intangível em infraestrutura (i)							
Edifícios e instalações	611.256	(127.679)	483.577	444.037		434.285	
Pavimentações	585.706	(493.880)	91.826	136.565		227.135	
Hardware equipamentos de pedágio	94.024	(27.006)	67.018	66.884		67.286	
Demais melhorias e ampliações	1.261.039	(1.74.581)	1.086.458	931.415		858.527	
Desapropriações	264.338	(49.408)	214.930	207.422		214.579	
Custos de empréstimos	59.994	(1.635)	58.359	17.815		1.762	
Máquinas e equipamentos	3.658	(2.253)	1.405	1.194		1.396	
Móveis e utensílios	2.018	(1.022)	996	2.982		2.982	
Veículos	7.785	(5.432)	2.353	169.600		169.600	
Meio ambiente e elementos de segurança	218.097	(44.644)	173.453	173.453		173.453	
	3.107.915	(927.540)	2.180.375	1.979.676		1.979.676	
Outros intangíveis							
Direito de outorga da concessão (ii)	1.337.238	(433.479)	903.759	943.972		943.972	
Direito de uso (iii)	34.463	(10.460)	24.003	24.003		24.003	
Softwares adquiridos de terceiros (*) (iv)	5.902	(3.486)	2.416	2.951		2.951	
	1.377.603	(447.425)	930.178	952.041		952.041	
	4.485.518	(1.374.965)	3.110.553	2.931.717		2.931.717	
(*) A taxa utilizada para amortização de softwares adquiridos de terceiros é de 20% a.a.							
Intangível em infraestrutura (i)							
Edifícios e instalações	552.076	(108.039)	444.037	434.285		434.285	
Pavimentações	585.706	(449.141)	136.565	227.135		227.135	
Hardware equipamentos de pedágio	91.029	(24.145)	66.884	67.286		67.286	
Demais melhorias e ampliações	1.064.286	(1.32.871)	931.415	858.527		858.527	
Desapropriações	247.522	(40.100)	207.422	214.579		214.579	
Custos de empréstimos	18.230	(415)	17.815	1.762		1.762	
Máquinas e equipamentos	3.498	(1.736)	1.762	2.239		2.239	
Móveis e utensílios	2.015	(821)	1.194	1.396		1.396	
Veículos	7.688	(4.706)	2.982	2.982		2.982	
Meio ambiente e elementos de segurança	206.939	(37.339)	169.600	176.224		176.224	
	2.778.989	(799.313)	1.979.676	1.984.593		1.984.593	
Outros intangíveis							
Direito de outorga da concessão (ii)	1.337.238	(393.266)	943.972	981.259		981.259	
Direito de uso (iii)	31.505	(26.387)	5.118	12.357		12.357	
Softwares adquiridos de terceiros (*) (iv)	5.639	(2.688)	2.951	3.840		3.840	
	1.374.382	(422.341)	952.041	997.456		997.456	
	4.153.371	(1.221.654)	2.931.717	2.982.049		2.982.049	

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Dados de Amortização da Primeira, Terceira, Quinta e Sétima Série CBAN

	(i)	Dados de Amortização da Segunda Série CBAN	(ii)	Dados de Amortização da Primeira Série ODTR11	(iii)
Jan/33	7,00%	-	-	-	-
Jul/33	7,00%	-	-	-	-
Jan/34	9,25%	-	-	-	-
Jul/34	9,25%	-	-	-	-

(i) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures da Primeira Série, Terceira Série, Quinta Série e Sétima Série a ser amortizado; (ii) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures da Segunda Série a ser amortizado; (iii) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures ODTR11 da Primeira Série a ser amortizado. (b) **Custo de captação:** Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno ("TIR") da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	CCB	31/12/2022	31/12/2021	Total
Saldos no início do período	430.669	378	431.047	482.175
Constituição Custo de Transação	-	425	425	450
(-) Amortizações	(54.036)	(432)	(54.468)	(51.578)
Saldo no final do período	376.633	371	377.004	431.047
Passivo circulante			26.696	15.098
Passivo não circulante			350.308	415.949

O montante a apurar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures CBAN 1ª, 3ª, 5ª e 7ª Série	Debêntures CBAN 2ª Série	Debêntures ODTR11 1ª Série	CCB Santander	Total
2023	15.722	10.480	123	371	26.696
2024	39.201	26.504	1.399	-	67.104
2025	36.310	19.129	948	-	56.387
2026	37.201	12.930	-	-	50.131
2027	38.096	3.856	-	-	41.952
2028 em diante	134.734	-	-	-	134.734
	301.264	72.899	2.470	371	377.004

c) **Prazo de vencimento:** O montante das operações das Debêntures de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2022	31/12/2021
Divida Bruta	142.365	124.921
Custo de Transação Líquida	(67.104)	(63.342)
Divida Líquida	75.261	61.579
2024	142.365	124.921
2025	170.617	160.589
2026	447.323	444.292
2027	214.072	220.117
2028 em diante	1.985.540	1.921.227
	2.959.917	2.871.144

d) **Cédula de Crédito Bancário:** Em 14 de novembro de 2022, a Companhia realizou a 5ª emissão de Cédula de Crédito Bancário (CCB), em favor do Banco Santander do Brasil S.A., no valor principal de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), com vigência e liquidação em 09 de novembro de 2023 (bullet) à taxa de juros equivalente ao CDI e mais 2,20% a.a., calculados de forma exponencial *pro rata temporis* (capitalizados) com base em um ano de 252 dias úteis e comissão de 0,19% a.a.. Não há constituição de garantias. Nesta mesma data, a Companhia realizou o pagamento da 4ª emissão da CCB, no montante total 57.191, sendo R\$ 50.000 de principal e R\$ 7.191 de juros. e) **Movimentação de empréstimos e debêntures**

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos no início do período	2.616.142	2.219.780
Pagamento de principal de debêntures	(12.616)	-
Pagamento de principal de empréstimos	(50.000)	(50.000)
Juros e correções provisionados de debêntures	356.192	365.743
Juros de empréstimos	7.518	4.009
Juros pagos de debêntures	(124.063)	(20.832)
Juros pagos de empréstimos	(7.191)	(3.686)
Cédula de crédito bancário	50.000	50.000
Constituição Custo de Transação debêntures	(425)	(450)
Amortização do custo de transação debêntures	54.036	51.506
Amortização do custo de transação CCB Santander	432	72
Saldo final do período	2.890.025	2.616.142

As despesas financeiras das debêntures incorridas para ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I são capitalizadas juntamente com os demais custos da infraestrutura, conforme Nota Explicativa nº 11. A taxa média de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização do período foi de 14,74%. A reconciliação entre a capitalização dos custos de empréstimos com as despesas financeiras, está demonstrada na Nota Explicativa nº 26. f) **Garantias vigentes:** As garantias constituídas pela Companhia são: (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e (ii) penhor das ações da Companhia. Os beneficiários de tais garantias são os debenturistas da ODTR11 em 1º grau e da CBAN (2ª emissão) em 1º grau sob condição suspensiva. g) **Principais compromissos assumidos ("Covenants"):** As cláusulas restritivas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2022. Para as Debêntures CBAN da 2ª emissão, foram apurados no exercício 2,93x e 3,59x referente ao "ICSD" e Divida Líquida/EBITDA, respectivamente.

16. **Arrendamento mercantil operacional**

	Máquinas e equipamentos (i)	Veículos	Total
Saldos em 31/12/2021	412	3.198	2.138
Adições	2	30.018	539
Rescisão de contratos	-	(761)	(11)
Baixas	(223)	(10.933)	(1.805)
Apropriação de juros	28	1.776	141
	220	23.298	1.003
Saldos em 31/12/2022	160	10.052	746
Passivo circulante	60	13.246	257
Passivo não circulante	100	6.806	489

19. **Tributos a recolher**

	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações fiscais federais	4.023	1.551
Impostos retidos na fonte	556	471
PIS a recolher	2.615	2.202
COFINS a recolher	7.194	4.224
Obrigações fiscais municipais	1.648	1.186
ISS retido na fonte	4.963	4.166
ISS a recolher	6.611	5.352
Passivo circulante	13.805	9.576
Passivo não circulante	12.971	9.009
	834	567

20. **Provisão para demandas judiciais**

	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Contingências cíveis	Contingências tributárias	Contingências regulatórias (i)	Saldo final
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.367	13.047	238	5.220	19.872
Constituição	687	4.434	23	5.905	11.049
Reversão	(401)	(1.556)	-	(581)	(2.538)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.653	15.925	261	10.544	28.383
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.156	8.750	229	4.815	14.950
Constituição	988	9.066	9	1.758	11.821
Reversão	(777)	(4.769)	-	(1.352)	(6.899)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.367	13.047	238	5.220	19.872

Os principais processos judiciais não provisionados referem-se a ação indenizatória referente acidente (atropelamento) ocorrido em 2011, na Rodovia Dom Pedro I (SP-065) nas proximidades do km 86+500m. Durante o curso processual, a Companhia sustentou não ter responsabilidade, uma vez que o local dos fatos se encontrava devidamente sinalizado com cones, conforme estabelecido pelo Manual de Operações. Todavia, apesar do fato conjunto probatório ofertado, em 19 de novembro de 2021, foi proferida sentença de procedência dos pedidos, condenando de forma solidária a Companhia, o motorista que conduzia o veículo, bem como a transportadora proprietária do veículo causador do atropelamento. A Companhia interps recurso de apelação em face da sentença, sendo que ainda não houve decisão de segundo grau. Os montantes apresentados no quadro acima referem-se às causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia. As variações dos saldos se deram especialmente em razão da majoração dos honorários de sucumbência devido ao julgamento do Tema nº 1.076, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), sobre a sua fixação com base no artigo nº 85 da Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015, aumento do valor discutido na ação de cobrança referente a serviços prestados pelo escritório Advogados, além de recebimento de ação indenizatória proveniente de acidente com animal na pista. A Companhia também possui ações de natureza cível, trabalhista

Nota Explicativa nº 10. **Processos regulatórios:** Em 2022 houve um aumento no montante no saldo das contingências com classificação de riscos possíveis, substancialmente relacionados aos processos regulatórios, em razão do ajuizamento de novas ações anulatórias, visando obter a declaração de nulidade de atos administrativos. **21. Provisão de conserva especial - a) Composição**

	31/12/2022	31/12/2021
Provisão de conserva especial	7.224	9.454
	7.224	9.454
Provisão de conserva especial	9.454	23.659
	9.454	23.659
b) Movimentação	31/12/2022	31/12/2021
Saldos no início do exercício	9.454	23.659
Constituição conserva especial, líquida de AVP	80.140	97.358
Baixa de conserva especial	(82.370)	(111.563)
Saldo final do exercício	7.224	9.454

Acionistas
Rodovias do Brasil Holding S.A.
OTP CRB Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia

b) **Destinação do resultado:** (i) **Reserva legal:** A reserva legal deve ser obrigatoriamente constituída ao percentual de 5% do lucro líquido do exercício, antes de quaisquer outras destinações, e não pode exceder a 20% do capital social. Tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital. (ii) **Dividendos:** A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia foi calculada nos termos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro do exercício	81.010	81.010
Constituição reserva legal (5%) (i)	(4.051)	(4.051)
Base de cálculo dos dividendos	76.959	76.959
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) (ii)	(19.240)	(19.240)
Juros sobre capital próprio (iii)	(18.000)	(18.000)
Reserva de retenção de lucros (iv)	39.719	39.719

Conforme disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da cota destinada à reserva legal. A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado pelo conselho em assembleia geral. Em 03 de novembro de 2022, através da deliberação em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários aos acionistas no valor de R\$ 10.000 (dez milhões), referente a saldo de reserva de retenção e lucros. O pagamento foi realizado em 30 de novembro de 2022, na proporção das respectivas participações no capital social da Companhia na presente data. (iii) **Juros sobre Capital Próprio** O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido pela aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, sobre o patrimônio líquido da Sociedade. Conforme exigência legal, o valor definido deve ser limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Em 29 de dezembro de 2022, foi aprovado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária a distribuição, pela Companhia, de juros sobre capital próprio no total de R\$ 18.000, que serão pagos conforme deliberação oportuna, de acordo com a base acionária da presente data e, nos termos do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante foi considerado dedutível para fins de apuração de Imposto de Renda e Contribuição Social. (iv) **Reserva de retenção de lucros:** A Administração da Companhia constituiu reserva de retenção de lucros de R\$ 39.719 do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, sendo o saldo excedente da destinação do resultado após a constituição da reserva legal, provisão de juros sobre o capital próprio e dividendos mínimos obrigatórios, como prevê o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, que determina que a Assembleia-Geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício. c) **Reserva de capital:** Em 21 de dezembro de 2012, foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da ex-controladora indireta (Odebrecht TransPort Participações S.A. - OTPP), composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social. O referido acervo líquido, no montante de R\$ 195.988 (cento e noventa e cinco milhões, novecentos e oitenta e oito mil reais) foi totalmente incorporado ao patrimônio da Companhia em conta de reserva de capital, denominada Reserva Especial de Ágio.

23. **Receita líquida**

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas em número	136.300	145.700
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (i)	646.056	562.129
Receitas de vale pedágio (iii)	41.339	43.071
Receitas acessórias	20.311	21.329
Receitas com Cartão de Crédito e Débito	6.538	-
Receita de Pedágio (Reajuste IPCA) (iv)	45.812	-
Receita de operação	896.355	772.229
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	310.139	370.232
Receita total	1.206.494	1.142.461
Tributos sobre serviços de operação	(75.271)	(64.814)
	1.131.223	1.077.647

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia reconheceu R\$ 310.139 e R\$ 370.232, respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01(R1) - Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro; (ii) Receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI são transações oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, calculadas e registradas através do reconhecimento dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada; (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS); (iv) Reconhecimento de receita de pedágio, conforme previsto no Termo Aditivo Modificativo Coletivo nº 02/2022, descrito na Nota Explicativa nº 1, quanto ao reequilíbrio econômico-financeiro pelo não repasse do reajuste das tarifas em 01 de julho de 2022, conforme disposição contratual. A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para realização de obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

24. **Custos dos serviços**

	31/12/2022	31/12/2021
Depreciação e amortização	(180.340)	(211.248)
Salários e encargos	(37.725)	(34.092)
Gastos gerais	(6.519)	(5.895)
Serviços de terceiros	(15.364)	(14.985)
Seguros	(2.944)	(2.871)
Outorga variável	(13.490)	(11.614)
Provisão para conserva especial (i)	(76.388)	(68.876)
Materiais	(12.356)	(12.293)
Custo de construção ICPC 01-R1	(345.127)	(361.874)
	(307.038)	(366.530)
	(652.164)	(728.404)

(i) Aumento na provisão da conserva especial, devido à revisão das estimativas de gastos com obras de recapetamento asfáltico e sinalização no Corredor Dom Pedro I.

25. **Despesas gerais e administrativas**

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e encargos	(13.132)	(11.116)
Serviços de terceiros	(4.629)	(3.288)
Depreciação e amortização	(1.402)	(1.386)
Materiais e equipamentos	(401)	(482)
Despesa com veículos	(164)	(202)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(837)	(844)
Provisão para demandas judiciais (i)	(8.511)	(4.922)
Gastos gerais	(3.957)	(3.695)
	(33.033)	(25.935)

(i) Provisionamento de processo cível e regulatórios, de acordo com a classificação dos assessores jurídicos, em razão de decisão desfavorável, conforme Nota Explicativa nº 20.

26. **Resultado financeiro, líquido**

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras	(7.518)	(4.009)
Juros sobre empréstimos	(232.841)	(168.751)
Juros sobre debêntures	(123.352)	(196.992)
Correção monetária sobre debêntures (i)	(54.036)	(51.506)
Custo de transação sobre debêntures	(432)	(72)
Arrendamento mercantil operacional	(1.946)	(897)
Ajuste a valor presente (ii)	(3.752)	(28.482)
Outras	(9.876)	(12.586)
(-) Capitalização de juros e encargos sobre debêntures	55.152	46.635
	(378.592)	(416.660)

27. **Outras receitas (despesas) líquidas**

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de aplicações financeiras	34.058	5.970
Outras	9.405	12.747
	43.464	18.717
Resultado financeiro, líquido	(335.128)	(397.943)

(i) Variação da correção monetária relacionada à deflação do IPCA; (ii) Reversão do AVP da provisão da conserva especial em 2021, devido à realização de obras de recapetamento asfáltico e sinalização no Corredor Dom Pedro I. A seguir demonstramos a reconciliação de juros, correções e custo de transação, sobre debêntures, apurados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, assim como a capitalização de juros no ativo de contrato e o resultado financeiro:

	31/12/2022	31/12/2021
Juros e encargos sobre debêntures (Nota 15 (e))	(356.193)	(365.743)
Custos de transação sobre debêntures (Nota 15 (e))	(54.036)	(51.506)
Total de juros e encargos sobre debêntures	(410.229)	(417.249)
Capitalização de juros e encargos sobre debêntures (Nota 11 (iii))	55.709	47.106
(-) Margem de construção ICPC 01 ativo de contrato (Nota 11 (iii))	(557)	(471)
Total de despesas de juros, encargos e custo de transação	(355.077)	(370.614)
Juros sobre debêntures	(232.841)	(168.751)
Correção monetária sobre debêntures	(123.352)	(196.992)
Custos de transação sobre debêntures	(54.036)	(51.506)
(-) Capitalização de juros e encargos sobre debêntures	55.152	46.635
Total de reconciliação de juros, encargos e custo de transação	-	-

28. **Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos Re**

... continuação

30. Seguros – A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Ramo	Seguradora	Vigência		Limite Máximo de Responsabilidade
		De	Até	
Risco de Engenharia	AXA Seguros S.A.	15/03/2021	15/03/2025	59.189
Risco operacional	AXA Seguros S.A.	29/12/2021	29/06/2023	360.000
Seguro de Riscos Administrativos – D & O	AXA Seguros S.A.	01/06/2022	01/06/2023	40.000
Risco de Engenharia	Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	15/03/2022	15/03/2026	371.970
Seguro Garantia Judicial	Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	11/07/2019	10/07/2025	7.892
Execução Fiscal	Fator Seguradora S.A.	16/11/2022	16/11/2025	867
Garantia de Concessões Públicas	Fator Seguradora S.A.	29/06/2022	29/06/2023	293.275
Seguro Garantia Judicial	Fator Seguradora S.A.	07/07/2020	24/06/2025	11.343
Risco de Engenharia	HDI Global Seguros S.A.	15/03/2020	15/03/2025	127.203
Responsabilidade Civil	Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A.	01/07/2022	29/12/2023	14.094
Equipamentos Móveis	Tokio Marine Seguradora S.A.	30/04/2022	30/04/2023	821
Responsabilidade Civil	Tokio Marine Seguradora S.A.	29/12/2021	29/12/2023	101.000
Risco de Engenharia	XI Seguros Brasil S.A.	15/03/2019	15/03/2025	114.564

(*) 100% a 110% da Tabela FIPE.

Diretoria		Contador
Douglas Longhi Diretor Presidente	André de Paula Yusiasu Diretor Administrativo-Financeiro e RI	Ailton da Silva de Oliveira CRC 1BA 026.104/O-8 'S' SP

Relatório do Auditor Independente

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.** – Itatiba-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da **Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da **Concessionária Rota das Bandeiras S.A.** em 31 de dezembro de 2022, o desempenho, de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo **International Accounting Standards Board (IASB)**. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria (PAA):** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Avaliação de impairment do ativo intangível e impostos diferidos:** Conforme divulgado nas Notas Explicativas nos 09 e 13 às demonstrações contábeis, a Companhia mantém registrados, em 31 de dezembro de 2022, impostos diferidos – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e, ativo intangível composto principalmente pelos investimentos e pelas obras realizadas nas rodovias que representam aproximadamente 78% do total de seus ativos. A avaliação do valor recuperável dos impostos diferidos e do ativo intangível da Companhia foi significativa para a nossa auditoria devido à complexidade do processo de avaliação que envolve um grau significativo de julgamento por parte da Administração, baseados em premissas que poderão ser afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado. **Resposta da auditoria sobre o assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • Avaliação, por nossos especialistas, da metodologia de impairment utilizada pela Administração de acordo com os requerimentos do CPC 01 (R1)/IAS 36; • Análise, por nossos especialistas, das premissas adotadas e metodologia de cálculo, também com as considerações de projeções em função do cenário da pandemia Covid-19; • Análise, por nossos especialistas, das bases, premissas e cálculos aplicados na constituição das provisões de impostos diferidos; • Confronto das projeções aprovadas pela Administração com os orçamentos utilizados pela Companhia para determinação da recuperabilidade do ativo intangível e dos impostos diferidos; • Questionamos e corroboramos com informações setoriais as principais premissas adotadas pela Administração; • Avaliação sobre as divulgações realizadas em notas explicativas. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação do valor recuperável dos impostos diferidos e dos ativos intangíveis de concessão de rodovias atendem aos requisitos descritos no CPC 01 (R1)/IAS 36, bem como se as respectivas divulgações das Notas Explicativas nos 09 e 13 estão adequadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, em todos os aspectos relevantes. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informações suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações, estão conciliadas com as demonstrações contábeis, e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis, tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato a governança da Companhia e ao seu correspondente órgão regulador. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo **International Accounting Standards Board (IASB)**, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis, representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2023.

IBDO
BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2SP 013.846/O-1
Eduardo Affonso de Vasconcelos
Contador – CRC 1SP 166.001/O-3



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma

perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a

auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fun-

damentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 14/03/2023. BDO RCS Auditores Associados Ltda. Andreia Gini de Souza CRC 2 SP 015165/0-8 Contadora CRC 1 SP 270317/0-9

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Companhia Imobiliária Ibitirama S.A.

CNPJ nº 61.376.737/0001-06

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais			Demonstrações dos resultados			Demonstrações dos fluxos de caixa			
Ativo	NE	2020	2019	NE	2020	2019	NE	2020	2019
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.693	3.815	8	91	58	14	87	370
Contas a receber	5	323	60	10	51	65	15	(45)	(22)
Estoques	6	61	61					42	348
Tributos a recuperar	7	265	425				16	(878)	(703)
Outros créditos		3	7					3	1
		3.345	4.368		284	127			
Não circulante									
Depósitos judiciais		49	49						
Imobilizado		-	1		13	13			
Outros créditos		6	6						
		55	56		3.276	3.276			
Total do ativo		3.400	4.424	Total do passivo e patrimônio líquido	3.400	4.424			

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido				
Saldos em 31/12/2018	Capital social	Reserva de lucros		Total
		Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	
Prejuízo do exercício			655	(91)
Absorção de prejuízos com reservas			(258)	258
Saldos em 31/12/2019	3.276	399	397	4.072
Distribuição de lucros			(275)	(275)
Rendimento de aplicações financeiras não realizadas			26	26
Prejuízo do exercício			(399)	(794)
Absorção de prejuízos com reservas			(148)	547
Saldos em 31/12/2020	3.276			3.029

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

1. Contexto operacional: A Cia Imobiliária Ibitirama ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Libero Badaró, nº 293, 21º andar, Centro, São Paulo/SP. A Companhia tem por objeto a realização de empreendimentos imobiliários, de obra de engenharia civil, a incorporação de imóveis, construção de edifícios e residências, por conta própria ou de terceiros, por empreitada ou administração; compra, venda, administração e locação de bens móveis e imóveis próprios; e participação no capital de outras empresas. Entretanto, a sua principal atividade tem sido a realização de empreendimentos imobiliários, a compra e a venda de seu estoque de imóveis, sendo que nos últimos anos a Companhia vendeu a maior parte de seu estoque de imóveis. **2. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas nº 6.404/76 e contemplando os entendimentos da NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC nº 2016/NBCTG1000(R1). Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas, entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de risco na determinação da perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 14/03/2023. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes: **(a) Instrumentos financeiros:** A Companhia reconhece os recebíveis, as aplicações financeiras e caixa e equivalente de caixa inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. A Companhia reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou liquidada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **(c) Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras referem-se aos recursos de caixa aplicados em instituições financeiras no Brasil, estando tais recursos classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa em função de não fazerem parte da gestão do dia a dia da Companhia. **(d) Contas a receber:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente (quando da ocorrência de efeitos significativos) e deduzidas das Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), quando aplicável. A PECLD é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Durante o exercício findo em 31/12/2020, a Companhia não transacionou operações de contas a receber passíveis de ajuste a valor presente. **(e) Estoques:** Representam os ativos para negociação avaliados ao custo médio de aquisição ou de construção, que não excede o valor de mercado. A Companhia avalia em cada data de divulgação se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar desvalorizado. Se tal indicação existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Se não existir indicação de desvalorização, a Companhia não estima o seu valor recuperável. **(f) Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição, fabricação ou construção, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por desvalorização acumuladas, se houver, incluindo o custo de reposição dos equipamentos, se satisfeitos os critérios de reconhecimento.

Descrição do bem

Descrição do bem	Taxa (%)
Móveis e Utensílios	10
Instalações	10
Beneficentários em imóveis de terceiros	33
Computadores e periféricos	20
Outros imobilizados	10

O reconhecimento dos itens do imobilizado e de suas eventuais partes significativas reconhecidos inicialmente é baixado quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado quando da baixa do ativo. **(g) Fornecedores:** As contas a pagar fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo contabilizados de acordo com a competência e segregados entre passivo circulante e não circulante, de acordo com seu vencimento. **(h) Provisões:** a) Geral: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. b) Provisões para riscos trabalhistas: A Companhia não possui riscos trabalhistas com caso provável, por isso não há registro de contingências. **(i) Receita de locação:** As receitas de locação são provenientes de imóveis, reconhecidos na rubrica imóveis a comercializar, que ainda não foram vendidos, mas que estão auferindo receita, conforme Nota Explicativa nº 5, a saber: • Loja Barão de Jaguará - São Paulo - adquirido em julho de 1959 e atualmente alugado para uma pessoa física; e • Edifício Garage Cogeral - São Paulo - adquirida conjuntamente com o item acima em julho de 1959 e atualmente alugado para uma administradora de estacionamentos. **(j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias e juros passivos. **(k) Instrumentos Financeiros: Ativos e passivos financeiros: a) Ativos financeiros: (i) Reconhecimento inicial e mensuração:** Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa. **(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** É avaliado nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. b) Passivos financeiros: **(i) Reconhecimento inicial e mensuração:** Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo ou como empréstimos e financiamentos. É determinada a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, e outras contas a pagar. **(ii) Desconhecimento (Baixa):** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **(iii) Instrumentos financeiros - Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(l) Apuração do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. As receitas de prestação de serviços são apresentadas líquidas dos impostos, das devoluções, cancelamentos, dos abatimentos e dos descontos incidentes sobre elas. As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o período que não se enquadram na definição das demais rubricas da demonstração do resultado abrangente adotado. As despesas Contábeis incluem todas as despesas geradas pela dívida líquida, os encargos financeiros sobre os impostos e despesas de juros sobre os arrendamentos financeiros, bem como ajustes referentes a descontos financeiros. As receitas Contábeis incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa, os descontos em compras obtidos de fornecedores e ajustes referentes a descontos. **(m) IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente são calculados pelo regime de lucro presumido considerando a presunção de 32% para a base de IRPJ e CSLL. O IRPJ é calculado à alíquota de 15% sobre a base presumida, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240.000. A CSLL é calculada à

14. Receitas Operacionais:

	2020	2019
Receita de aluguéis	93	384
Descontos	(3)	-
Impostos sobre locação	(3)	(14)
	87	370

15. Custos:

	2020	2019
Seguros	(16)	(16)
Custo dos serviços prestados	(29)	-
Manutenção de imóveis	-	(5)
Depreciação	-	(1)
	(45)	(22)

16. Despesas por natureza:

	2020	2019
Honorários, Conselho e Diretoria	(391)	(361)
Prestadores de serviços	(136)	(155)
Honorários advocatícios	(21)	(16)
13º Salário	-	(30)
INSS	(78)	(78)
Outras perdas	(184)	-
Outros	(68)	(63)
	(878)	(703)

17. Resultado financeiro líquido:

	2020	2019
Taxas, juros e comissões bancárias	(11)	(5)
Descontos obtidos	1	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras	77	221
	67	216

18. IRPJ e CSLL - corrente: O IRPJ (IRPJ) e a CSLL sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício foram calculados conforme o regime de lucro presumido, a partir das receitas provenientes de venda de imóveis, aluguéis de imóveis e aplicações financeiras. O IRPJ é calculado pela alíquota de 15% sobre a base de cálculo presumida do imposto, acrescido de 10%, para a base de cálculo excedente a R\$ 60.000,00 no trimestre, e a CSLL calculada pela alíquota de 9% sobre a base de cálculo presumida do imposto.

19. Eventos subsequentes: Supremo Tribunal Federal ("STF") muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária. Em 08/02/2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário nº 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário nº 955.227. Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido. A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por eles, e em consonância com o CPC PME R1 na Seção 21 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, Seção 29 Tributos sobre o lucro e na Seção 32 Evento Subsequente, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31/12/2020.

20. Diretoria

	2020	2019
Receita de serviços prestados	93	384
32% sobre receita de serviços prestados	30	123
Outras receitas	81	-
Base de cálculo	111	123
Imposto de Renda (15%)	171	8
Adicional IRPJ	1	0
Encargo do exercício	18	18

21. Provisões para demandas judiciais:

Natureza	2020	2019
Cíveis e tributárias	87	87
	87	87

Para as causas discutidas em Juízo a Companhia depositou o montante de R\$ 49 mil. A Companhia está sujeita a ações de nulidade

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Companhia Imobiliária Ibitirama S.A., São Paulo - SP. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis:** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Imobiliária Ibitirama S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das práticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Imobiliária Ibitirama S.A. em 31/12/2020, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis: Ausência de recebimento de circularização de bancos:** Não obtivemos respostas às cartas de circularização enviadas às instituições financeiras que a Companhia tem relacionamento. Consequentemente, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimen-

tos adicionais de auditoria, concluirmos sobre a totalidade das operações junto às instituições financeiras, como captações, garantias, debêntures, avais ou outras operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31/12/2020. **Realização ao valor recuperável do caixa a receber e impostos a recuperar:** Até a conclusão dos nossos trabalhos nós não obtivemos documentação apropriada e suficiente que assegure a inexistência de perda de valor recuperável do saldo de caixa a receber e impostos a recuperar no montante de R\$ 323 mil e R\$ 265 mil, respectivamente, assim, ficamos impossibilitados de avaliar a adequação e possibilidade de realização dos referidos

ativos. **Limitação de análise sobre o saldo de depósitos judiciais:** Até a conclusão dos nossos exames não tivemos acesso a documentação suporte para teste de existência e exatidão do montante de R\$ 49 mil, bem como não pudemos nos satisfazer por meio de outros procedimentos. Dessa forma, ficamos impossibilitados de avaliar a existência e exatidão do referido saldo na data de 31/12/2020. **Distribuição de lucros através da reserva legal:** Durante o exercício de 2020, a Companhia realizou distribuição de lucros no montante de R\$ 275 mil através da reserva legal. A Lei das Sociedades Anônimas 6.404/76 informa que a reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

compensar prejuízos ou aumentar o capital. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** A Empresa apresenta em 31/12/2020 prejuízo apurado no montante de R\$ 794 mil (2020 – R\$ 167 mil). Essa questão indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Empresa. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Empresa e, não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que, seriam requeridos na impossibilidade de a Empresa continuar operando. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes às demonstrações contábeis, do exercício findo em 31/12/2019, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por nós, com relatório de auditoria com opinião com ressalva referente à circularização de bancos e advogados, realização dos impostos a recuperar e saldos de clientes, depósitos judiciais e despesas administrativas, datado em 14/03/2023. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14/03/2023.

BDO RCS Auditores Associados Ltda. Andreia Gini de Souza
CRC 2 SP 015165/0-8 Contador CRC 1 SP 270317/0-9

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

judiciais e distribuição de lucros através da reserva legal datado em 14/03/2023. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 14/03/2023. BDO RCS Auditores Associados Ltda. Andreia Gini de Souza CRC 2 SP 015165/0-8 Contador CRC 1 SP 270317/O-9

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/03/2023

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



MMM Empreendimentos e Participações S.A.
CNPJ nº 09.474.872/0001-66

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021

Balancos Patrimoniais				Demonstrações dos Resultados				
Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021	Operações continuadas	2022	2021
Ativo circulante	939.818	396.010	Passivo circulante	26.456	20.393	Despesas operacionais	(78.739)	(117.822)
Caixa e equivalente de caixa	1.518	394.564	Tributos a pagar	26.456	20.393	Despesas gerais	(77.456)	(114.602)
Tributos a compensar	415	1.244	Passivo não circulante	2.072.437	2.072.437	Despesas fiscais	(1.167)	(3.221)
Adiantamento a terceiros	85	201	Outras contas a pagar	2.072.437	2.072.437	Despesas indedutíveis	(116)	-
Empréstimos a terceiros	937.800	-	Patrimônio líquido	11.351.715	9.972.715	Result. com equivalência	841.254	941.424
Ativo não circulante	12.510.790	11.669.536	Capital social	1.281.877	1.281.877	Equivalência patrimonial	841.254	941.424
Investimentos	12.510.790	11.669.536	Reservas	430.552	430.552	Lucro operacional antes do resultado financeiro	762.515	823.602
Total do ativo	13.450.608	12.065.545	Dividendos adicionais	8.260.285	6.213.541	Resultado financeiro	890.404	554.493
			Lucros acumulados	-	853.911	Despesas financeiras	(170)	(71)
			Lucro do exercício	1.379.000	1.192.834	Receitas financeiras	21.621	7.860
			Total do passivo e patrimônio líq.	13.450.608	12.065.545	Outras receitas	868.953	546.703
						Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.652.919	1.378.095
						IRPJ e CSLL	(273.919)	(163.812)
						IRPJ	(195.058)	(114.099)
						CSLL	(78.861)	(49.714)
						Lucro do exercício	1.379.000	1.214.283

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social	Reservas de lucros	Dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2021	1.281.877	430.552	6.213.541	2.046.745	9.972.715
Lucro do exercício	-	-	-	1.379.000	1.379.000
Saldos em 31/12/2022	1.281.877	430.552	6.213.541	3.425.745	11.351.715

Diretoria: Armando Verissimo - Sócio | Eduardo Qualio Ferreira Camargo - Contador - CRC nº 1-SP-223986/O-4

Mação Empreendimentos e Participações S.A.
CNPJ nº 28.333.781/0001-55

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021

Balancos Patrimoniais				Demonstrações dos Resultados				
Ativo	2022	2021	Passivo	2022	2021	Operações continuadas	2022	2021
Ativo circulante	635.273	25.522	Passivo circulante	662.107	821.626	Despesas operacionais	(62.460)	(98.215)
Caixa e equivalente de caixa	635.158	25.522	Fornecedores	450	-	Despesas gerais	(61.293)	(97.867)
Despesas antecipadas	114	-	Tributos a pagar	15.224	15.194	Despesas fiscais	(1.167)	(347)
Ativo não circulante	5.442.902	5.006.581	Passivo não circulante	3.817.285	2.700.562	Resultado com equivalência	178.378	183.347
Empréstimos a terceiros	2.791.370	2.641.370	Outras contas a pagar	3.817.285	2.700.562	Equivalência patrimonial	178.378	183.347
AFAC	126.500	57.200	Dividendos a pagar	110.093	-	Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	115.918	85.133
Outras contas a receber	36.325	36.325	Capital social	364.392	1.490	Resultado financeiro	414.643	315.655
Investimentos	2.488.707	2.271.686	Reservas	16.168	16.168	Despesas financeiras	(6.455)	(57.674)
Total do ativo	6.078.175	5.032.103	Lucros acumulados	-	35.184	Receitas financeiras	181.097	148.329
			Ajustes de exerc. anteriores	(16.697)	-	Lucro antes do IRPJ e CSLL	530.561	400.788
			Lucro do exercício	468.468	327.717	IRPJ e CSLL	(62.093)	(58.578)
			Total do passivo e patrimônio líquido	6.078.175	5.032.103	IRPJ	(39.304)	(36.753)
						CSLL	(22.789)	(21.826)
						Lucro do exercício	468.468	342.209

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2021	1.130.845	16.168	362.901	1.509.914
Dividendos a distribuir	-	-	(362.901)	(362.901)
Mudança de prática ou correção de erros	-	-	(16.697)	(16.697)
Lucro do exercício	-	-	468.468	468.468
Saldos em 31/12/2022	1.130.845	16.168	451.771	1.598.784

Diretoria: Armando Verissimo - Sócio | Eduardo Qualio Ferreira Camargo - Contador - CRC nº 1-SP-223986/O-4

PLATÃO CAPITAL S.A.
CNPJ nº 49.703.913/0001-63 - NIRE nº 35.300.610.156

RETIFICAÇÃO - Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 07/03/2023

Na publicação da **Ata Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 07/03/2023** feita neste jornal em edição de **24/03/2023**, por um lapso conistou erroneamente a data da realização, ONDE SE LÊ: **07/03/2023** LEIA-SE: **08/03/2023**. As demais informações são ratificadas nesta publicação.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A
CNPJ/MF nº 45.902.707/0001-21 - NIRE 35.300.465.440

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 16 de setembro de 2022

Local: Avanhandava/SP, Fazenda Nova Recreio, s/nº, Caixa Postal 25, CEP 16360-000. **Data:** 16 de setembro de 2022 às 10:00 hs. **Convocação dos Conselheiros:** Dispensada a convocação prévia dos conselheiros, tendo em vista o comparecimento de todos os membros do conselho, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 11 da Estatuto Social. **Composição da Mesa:** Por aclamação foi eleito para presidir a Assembleia o conselheiro Ricardo Martins Junqueira, que convidou a mim, Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, para secretariar a sessão. **Ordem do Dia:** Discussão e aprovação do: 1) Andamento operacional da safra; 2) Acompanhamento dos custos e orçamentos e resultado financeiro da Companhia até o presente momento; 3) Revisão do orçamento para final da safra; e 4) Planejamento operacional e financeiro para os próximos 2 (dois) anos. **Assuntos Tratados e Deliberações Tomadas:** O Sr. Presidente procedeu a explanação sobre o andamento operacional da safra, acompanhamento dos custos e orçamento e resultado financeiro da Companhia até o presente momento, revisão do orçamento para final de safra e planejamento financeiro dos próximos 2 (dois) anos. Em relação aos 3 (três) primeiros itens foi aprovado por unanimidade, sem nenhuma objeção os números apresentados. E em relação ao item 4 (Quatro), os conselheiros pediram para ajustar os investimentos mínimos necessários para manter a frota agrícola e industriais, para adequar a realidade de preços e custos atuais. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi esta ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Avanhandava, 16 de setembro de 2022. Assinaturas: Ricardo Martins Junqueira - Presidente; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira - Secretária. Conselheiros: Ricardo Martins Junqueira, Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, André Luiz Monaretti. Declaramos estar conforme o original lançado no livro de Reuniões do Conselho de Administração. Ricardo Martins Junqueira, Renata Sodré V. Egreja Junqueira, André Luiz Monaretti. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 605.203/22-2 em 05/10/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A
CNPJ/MF nº 45.902.707/0001-21 - NIRE 35.300.465.440

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 24 de janeiro de 2023

Local: Avanhandava/SP - Fazenda Nova Recreio, s/nº, Caixa Postal 25, CEP 16360-000. **Data:** 24 de janeiro de 2023 às 10:00 hs. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia dos conselheiros, tendo em vista o comparecimento de todos os membros do conselho, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 11 da Estatuto Social. **Mesa:** Por aclamação foi eleito para presidir a Assembleia o conselheiro Ricardo Martins Junqueira, que convidou a mim, Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, para secretariar a sessão. **Ordem do Dia:** • Aprovar a celebração de contrato de operação de crédito realizada junto ao Banco BTG S.A. na modalidade CPRF no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com garantia de 120% sobre o saldo devedor de cessão fiduciária de direitos creditórios de contrato de exportação de açúcar VHP, 120% sobre o saldo devedor de cessão fiduciária de direitos creditórios de contrato de exportação de açúcar VHP, 120% sobre o saldo devedor de Alienação Fiduciária de Lavoura sem monitoramento e Aval de LAAX Empreendimentos e Participações Ltda., Avanhandava Agropecuária Ltda. E da Sra. Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, em uma única operação e eventuais aditamentos. **Deliberações:** • Aprovou a celebração de contrato de operação de crédito realizada junto ao Banco BTG S.A. na modalidade CPRF no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), com garantia de 120% sobre o saldo devedor de cessão fiduciária de direitos creditórios de contrato de exportação de açúcar VHP, 120% sobre o saldo devedor de Alienação Fiduciária de Lavoura sem monitoramento e Aval de LAAX Empreendimentos e Participações Ltda., Avanhandava Agropecuária Ltda. E da Sra. Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, em uma única operação e eventuais aditamentos. Ficam, ainda, expressamente ratificados todos os atos já praticados junto à referida instituição financeira até a presente data. Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário a lavratura desta ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, sendo cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. aa) Ricardo Martins Junqueira - Presidente; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira - Secretária. Conselheiros: Ricardo Martins Junqueira; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira; André Luiz Monaretti. JUCESP - Registrado sob o nº 64.291/23-6 em 09/02/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A
CNPJ/MF nº 45.902.707/0001-21 - NIRE 35.300.465.440

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 23 de dezembro de 2022

Local: Avanhandava/SP - Fazenda Nova Recreio, s/nº, Caixa Postal 25, CEP 16360-000. **Data:** 23 de dezembro de 2022 às 10:00 hs. **Convocação dos Conselheiros:** Dispensada a convocação prévia dos conselheiros, tendo em vista o comparecimento de todos os membros do conselho, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 11 da Estatuto Social. **Mesa:** Por aclamação foi eleito para presidir a Assembleia o conselheiro Ricardo Martins Junqueira, que convidou a mim, Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, para secretariar a sessão. **Ordem do Dia:** • Aprovar a celebração de contrato de operação de crédito realizada junto ao Banco Santander S/A na modalidade Pré Pagamento de Exportação ("PPE") no valor de R\$ 2.901.353,97 (dois milhões, novecentos e um mil, trezentos e cinquenta e três dólares e noventa e sete centavos), equivalentes nesta data a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), com garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios de contrato de exportação de açúcar VHP, e Aval da Sra. Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, em uma única operação e eventuais aditamentos. **Deliberações Tomadas:** • Aprovou a celebração de contrato de operação de crédito realizada junto ao Banco Santander S/A na modalidade Pré Pagamento de Exportação ("PPE") no valor de R\$ 2.901.353,97 (dois milhões, novecentos e um mil, trezentos e cinquenta e três dólares e noventa e sete centavos), equivalentes nesta data a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), com garantia de cessão fiduciária de direitos creditórios de contrato de exportação de açúcar VHP, e Aval da Sra. Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, em uma única operação e eventuais aditamentos. Ficam, ainda, expressamente ratificados todos os atos já praticados junto à referida instituição financeira até a presente data. Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião pelo tempo necessário a lavratura desta ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, sendo cópia fiel da Ata lavrada em livro próprio. aa) Ricardo Martins Junqueira - Presidente; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira - Secretária. Conselheiros: Ricardo Martins Junqueira; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira; André Luiz Monaretti. JUCESP - Registrado sob o nº 42.661/23-7 em 24/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.
CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64 - NIRE 35.300.346.238 - (Companhia Aberta)

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de fevereiro de 2023

Local, Local e Hora: Aos 17 dias do mês de fevereiro de 2023, às 9 horas, na sede social da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., localizada na Cidade de Lins, Estado de São Paulo, na Rodovia Transbrasiliana (BR-153/SP), km 183 + 800 metros, CEP 16.404-109, Caixa Postal 844 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença de todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlo Alberto Bottarelli, que escolheu a Sra. Larissa Mardegan Ribeiro de Souza para secretariá-lo. **4. Ordem do Dia:** Estabelecer orientações do Conselho de Administração da Companhia à Diretoria. **5. Deliberações:** Instalada a Reunião, após a análise e discussão da matéria objeto da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, estabelecer as orientações à Diretoria indicadas a partir dos seguintes temas da pauta: **5.1.** A Diretoria da TBR apresentou o status das tratativas com a Agência em relação ao Acórdão nº 1447/2018 - TCU-Plenário - Representação TCU nº 010.482/2016-4. **5.2.** Os membros do Conselho aprovaram, nos termos do Art. 23, XIII do Estatuto Social da Companhia, a propositura de ações em face da ANTT, referente aos Autos de Infração abaixo listados:

Processo	AI	Infração
50515.015220/2018-43	095/2018	Socorro Mecânico

5.3. Os membros do Conselho aprovaram, nos termos do Art. 23, VI do Estatuto Social da Companhia: **5.3.1.** A formalização de contrato com a empresa **W.K. Oliveira Engenharia Ltda. ME**, para a realização dos serviços de reparo e recuperação de pavimento rígido nas praças de pedágio das cidades de Lins (km 183+800 - P3) e Vera Cruz (km 268+100 - P4) no valor total de **R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais)**. **5.3.2.** A formalização de aditivo contratual com a empresa **Talentech Tecnologia Ltda. - TBR 44/17**, que tem por objeto a prestação de serviços de fornecimento, locação e operação de equipamentos eletrônicos de monitoramento e controle de velocidade (radares) do tipo fixo, com display e OCR, bem como a instalação e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos, visando (i) Alterar o escopo contratual para acrescer 10 faixas, contemplando o total 16 faixas, sendo os equipamentos tipo redutores de velocidade, em locais específicos da BR-153, bem como instalação e manutenção preventiva e corretiva; (ii) aditamento de prazo (de 01/10/22 até 30/09/27) e; (iii) inclusão do valor total de **R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais)** ao contrato. **5.3.3.** A formalização de aditivo contratual com a empresa **Egati Engenharia - TBR 80/20**, que tem por objeto a prestação de serviços de assessoria ambiental, desenvolvimento do SIG Meio Ambiente (SIGAT) e suporte técnico, melhorias de funcionalidades para utilização do SIG Desktop, SIG Web e aplicativos para tablet, visando (i) aditamento de prazo (de 21/12/22 até 20/12/24) e; (ii) inclusão do valor total de **R\$ 485.995,20 (quatrocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e noventa e cinco reais e vinte centavos)** ao contrato. **5.3.4.** A formalização de aditivo contratual com a empresa **Elisângela Pietrucci Antunes ME - TBR 03/21**, que tem por objeto a prestação de serviços de transporte de funcionários da Transbrasiliana, em micro-ônibus, vans e/ou carro, segundo itinerário e horários pré-definidos, pelas partes, nas Praças de Pedágio P1 (Onda Verde), P2 (José Bonifácio); P3 e Centro de Controle Operacional (Lins) e P4 (Vera Cruz), visando a inclusão do valor total de **R\$ 109.847,15 (cento e nove mil, oitocentos e quarenta e sete reais e quinze centavos)** ao contrato. **5.3.5.** A formalização de aditivo contratual com a empresa **E.A.R. Construções e Instalações Ltda. e E&P Infraestrutura Ltda. (ELO) - TBR 46/21**, que tem por objeto a execução de serviços, com fornecimento de mão de obra especializada própria ou de terceiros subcontratados, bem como de todos os materiais e equipamentos necessários, para a realização de fresagem descontínua de revestimentos asfálticos na Rodovia Transbrasiliana (BR153/SP), visando incluir, visando (i) Alterar o escopo contratual para acrescer 1 (uma) equipe fixa, 01 (uma) equipe emergencial por acionamento e custos extras estimados; (ii) inclusão do valor total de **R\$ 14.637.952,80 (quatorze milhões, seiscentos e trinta e sete mil, novecentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos)** ao contrato. **5.4.** Os membros do Conselho de Administração aprovaram ainda que o Secretário da Reunião rubricar todos os documentos de suporte anexos à presente. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou os trabalhos e foi lavrada a presente ata, a qual lida, aprovada e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Lins, 17 de fevereiro de 2023. **Mesa: Carlo Alberto Bottarelli** - Presidente; **Larissa Mardegan Ribeiro de Souza** - Secretária. **João Villar Garcia** - Conselheiro e **Roberto Solheid da Costa de Carvalho** - Conselheiro. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 112.447/23-5 em 20/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

Dr. Conecta Tecnologia em Saúde Ltda.

CNPJ/MF nº 33.780.224/0001-12 - NIRE 35.235.541.175

Instrumento Particular de Alteração e Transformação de Tipo Jurídico

Marco Antonio Affonseca, brasileiro, empresário, casado; Cláudio Maffezzoli Junior, brasileiro, empresário, ambos residentes e domiciliados em São Paulo/SP. Únicos e atuais sócios Dr. Conecta Tecnologia em Saúde Ltda, sediada em São Paulo/SP, CNPJ nº 33.780.224/0001-12, com registro na JUCESP nº 35.235.541.175 em 30/05/2019, resolvem transformar e alterar o contrato social: **1. Sede e domicílio legal:** 1.1. O endereço da Sociedade que passará a situar-se em São Paulo/SP. **2. Tipo jurídico/nome empresarial:** 2.1 Fica transformada esta Sociedade Empresária Limitada em Sociedade por Ações passando denominar-se "Dr. Conecta Tecnologia em Saúde S.A.", 2.2 Ainda em razão da transformação do tipo jurídico e societário, as 10.000 quotas sociais do capital social da Sociedade, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, são convertidas em 10.000,00 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, que ficarão distribuídas conforme boletim de subscrição. **3. Nomeação de diretores:** 3.1. Os acionistas, deliberaram a criação de 2 diretorias: (a) Marco Antonio Affonseca, acima qualificado, para Diretor Presidente; (b) Cláudio Maffezzoli Junior, para Diretor de tecnologia. **3.2.** Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. **4. Aprovação do estatuto social:** 4.1. Fica aprovado a nova redação Estatuto Social: **Estatuto Social. Capítulo I. Denominação Social, Sede e Prazo de Duração. Art. 1º** A Dr. Conecta Tecnologia em Saúde S.A. (doravante "Companhia") é uma sociedade constituída sob a forma de Sociedade por Ações de capital fechado e que será regida pelo presente Estatuto e as disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Art. 2º** A Companhia tem sede e foro em São Paulo/SP na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, 4553 – Jardim Paulista – Cep:01401-002, podendo a critério da Assembleia Geral e respeitadas as prescrições legais, abrir, instalar ou encerrar filiais, no país ou no exterior e depósitos, com o objetivo de desenvolver suas atividades na forma e limites aqui definidos. **Art. 3º** A Companhia tem por objeto social os serviços de portais, provedores de conteúdo, serviços de informação na internet, tratamento de dados, serviços de aplicação, hospedagem na Internet, locação e licenciamento de software e sistema de gestão, treinamento e suporte técnico, e, ainda, as atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral (exceto imobiliários), especializando-se no provimento de soluções digitais para a aproximação entre profissionais da saúde, laboratórios médicos, farmácia e pacientes, facilitando a marcação de consultas, exames e aquisição de medicamentos. **§ Único** A Companhia poderá dedicar-se a todas as atividades que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social e que sejam convenientes aos interesses sociais. **Art. 4º** A Companhia vigorará por prazo indeterminado de duração. **Capítulo II. Capital Social e Ações. Art. 5º** O capital social totalmente subscrito é de R\$ 10.000,00, dividido em 10.000,00 Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal. **Art. 6º** As Ações são indivisíveis perante a Companhia que reconhece apenas 1 titular para cada uma delas, aplicando-se, quanto aos casos em que a ação pertencer a mais de uma pessoa, as disposições do § Único do artigo 28 da Lei nº. 6.404/76. **Art. 7º** Observadas as condições previstas neste Estatuto Social e na legislação aplicável, cada ação ordinária dá direito a 1 voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Art. 8º** A Assembleia Geral que autorizar o aumento de capital social, mediante a subscrição de novas ações, disporá acerca das determinações a serem observadas quanto ao preço e prazo de subscrição. **Art. 9º** A Companhia poderá adquirir, utilizando saldos de lucros ou reservas disponíveis, suas próprias Ações para permanência em tesouraria sem que isso implique na diminuição do capital subscrito, visando à sua posterior alienação ou cancelamento, observadas as disposições legais aplicáveis. **§ Único** - As Ações mantidas em tesouraria não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações, até sua realocação em circulação. **Capítulo III. Assembleias gerais. Art. 10** Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia, e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. Todas e quaisquer deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por voto afirmativo de acionistas representado a maioria do capital social votante da Sociedade, salvo nos casos em que a lei e o Estatuto Social estabelecerem quorum diferenciado para a deliberação. **Art. 11** As Assembleias Gerais serão realizadas na sede social da Companhia, ordinariamente, dentro dos 4 meses seguintes ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência previstas em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas, bem como nos casos previstos em lei e neste Estatuto Social. **§ 1º** As Assembleias Gerais serão convocadas pelos acionistas, através de notificação ou aviso com confirmação de leitura, que deverão, necessariamente, conter a pauta dos assuntos a serem discutidos, ainda que de forma resumida. As notificações pessoais serão efetuadas por meio de telegrama, carta registrada ou mensagem eletrônica com confirmação de recebimento, com pelo menos 8 dias de antecedência da realização da Assembleia. **§ 2º** Não obstante as disposições do § 1º acima, serão consideradas como tendo sido devidamente convocadas as Assembleias Gerais a que compareçam todos os acionistas da Companhia. **§ 3º** As Assembleias Gerais serão presididas por quaisquer dos Acionistas presentes escolhidos por aclamação. Caberá ao Presidente da Assembleia indicar o Secretário. **Capítulo IV. Diretoria. Art. 12** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de 2 Diretores, sendo um Diretor Presidente, e um Diretor de Tecnologia, com mandato de 3 anos, podendo ser reeleitos. **Art. 13** Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse dos novos Diretores regularmente eleitos ou até que venham ser destituídos por assembleia geral dos acionistas que representarem maioria no capital social. **Art. 14** A investidura far-se-á por termo no Livro de Registro de Atas das Reuniões da Diretoria. **Art. 15** Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. **§ Único.** Os documentos que importarem responsabilidade comercial, bancária, financeira ou patrimonial para a Companhia, tais como, mas não limitados a contratos em geral, emissão ou endosso de cheques, notas promissórias, letras de câmbio, duplicatas e quaisquer outros títulos de créditos, confissões de dívidas, contratos de abertura de crédito e quaisquer outros atos que criarem responsabilidade para a Companhia, ou dispensarem obrigações de terceiros para com ela, serão válidos se contar com as assinaturas conjunta de pelo menos dois Diretores sendo um deles o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente. **Art. 16** A outorga das procurações em nome da Companhia somente será válida se for observada a regra de representação da Companhia prevista no § Único do Artigo 15 do Estatuto Social. **§ Único** As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter prazo de validade limitado de até 1 ano. **Art. 17** A Companhia poderá ser representada isoladamente pelos Diretores, nos casos de participações em licitações ou concorrências, recebimento de citações, intimações ou notificações judiciais e extrajudiciais e na prestação de depoimento pessoal bem como na obtenção de certificados digitais e assuntos corriqueiros tais como recebimento e envio de correspondências e outros que não impliquem em assunção de responsabilidades materiais pela Companhia. **Art. 18** São expressamente vedados, sendo nulos de pleno direito e inoperantes com relação à Companhia, os atos dos Diretores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a operações ou negócios estranhos aos determinados pelo objeto social ou que não tenham sido especificados nos mandatos conferidos, tais como, mas não limitados, fianças, avais ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros. **§ Único** Sempre que ocorrer violação ao disposto no *caput* deste artigo, os atos praticados serão nulos de pleno direito em relação à Companhia, acarretando, também, a responsabilidade solidária dos diretores e/ou procuradores envolvidos. **Capítulo V. Conselho Fiscal. Art. 19** A Companhia poderá instituir um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição, sendo seus membros eleitos pela Assembleia Geral e sua instalação far-se-á por deliberação desse órgão a pedido de acionistas, nos casos previstos pela legislação aplicável em vigor. **Capítulo VI. Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Resultados. Art. 20** O exercício social terá a duração de 1 ano, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. **Art. 21** Ao fim de cada exercício social serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras previstas em lei. **Art. 22** A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanço semestral ou em períodos menores e os Acionistas, em Assembleia Geral, deliberarão sobre a destinação dos resultados, distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre capital próprio com base nos lucros apurados nesses balanços, respeitado o disposto no art. 204 da Lei nº 6.404/76. **§ Único** A qualquer tempo, os Acionistas em Assembleia Geral, também, poderão deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários, existentes na conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. **Art. 23** A Assembleia poderá fixar o montante dos juros a serem pagos ou creditados aos Acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, respeitado o disposto na legislação aplicável. **Art. 24** Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. **Art. 25** Do resultado do exercício ou dos balanços intermediários previstos no Artigo 22 deste Estatuto serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda. **Art. 26** Do lucro líquido do exercício ou dos balanços intermediários previstos no Artigo 22 deste Estatuto, apurado após os ajustes mencionados no Artigo 25, acima, serão deduzidos sucessivamente e na seguinte ordem: a) 5% para a constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social ou o limite previsto no art. 193, § 1º, da Lei nº. 6.404/76; b) 25% para pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas, calculado na forma da lei; e c) o saldo que resultar terá o destino que lhe for dado pelos Acionistas em Assembleia Geral, após ouvida a Diretoria da Companhia. **Art. 27** O dividendo deverá ser pago, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, no prazo de até 60 dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do mesmo exercício social. **Capítulo VII. Cessão de ações e direito de preferência. Art. 28** Nenhum dos Acionistas poderá, a qualquer título, alienar ou de qualquer outra forma transferir direta ou indiretamente suas Ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas Ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em Ações, no todo ou em parte, exceto conforme previsto neste Capítulo VII. **Art. 29** Se qualquer dos Acionistas ("Acionista Ofertante") desejar alienar ou de qualquer outra forma transferir direta ou indiretamente suas Ações, no todo ou em parte a terceiros, o Acionista Ofertante deverá, primeiro, ofertá-las aos outros Acionistas ("Acionistas Ofertados"), que terão o direito de preferência para adquiri-las nos mesmos termos e condições da oferta feita por referido terceiro ("Potencial Comprador"). Essa oferta deverá ser efetivada através de uma notificação por escrito do Acionista Ofertante, a ser entregue aos Acionistas Ofertados, contendo o número de Ações Ofertadas, o preço a ser pago por Ação, o prazo e forma de pagamento, garantias a serem prestadas, outras condições da venda ou da transferência proposta e o nome e identificação completos do Potencial Comprador, bem como declaração de que a oferta apresentada por parte do Potencial Comprador é firme, por escrito e de boa fé ("Termos da Oferta"). **§ 1º** Durante os 30 dias seguintes ao recebimento da notificação referida no *caput* deste Artigo, os Acionistas Ofertados deverão informar por escrito ao Acionista Ofertante se exercerão ou não o seu direito de preferência para a aquisição das Ações Ofertadas. Uma vez exercida a preferência com relação a todas as Ações Ofertadas, essas Ações Ofertadas deverão ser adquiridas de acordo com os Termos da Oferta, em não mais do que 10 dias da data do recebimento pelo Acionista Ofertante da notificação do exercício do direito de preferência por parte dos Acionistas Ofertados. **§ 2º** Se os Acionistas Ofertados deixarem de notificar o Acionista Ofertante dentro do prazo estabelecido no § 1º acima ou comunicar que não exercerão o seu direito de preferência ou se não adquiri-las no prazo de 10 dias conforme o § 1º, o Acionista Ofertante estará livre para alienar todas as Ações Ofertadas ao Potencial Comprador durante os 60 dias subsequentes, desde que dê cumprimento ao estabelecido no Artigo 31, nos exatos Termos da Oferta. O direito de preferência exercido em relação a apenas uma parte das Ações Ofertadas não será válido. **§ 3º** Após o período de 60 dias referido no § 2º acima ter transcorrido sem que tenha ocorrido a venda, caso o Acionista Ofertante deseje novamente alienar ou de qualquer outra forma transferir direta ou indiretamente suas Ações, deverá reiniciar o procedimento aqui estabelecido. **Art. 30** As mesmas regras estabelecidas acima, aplicam-se à cessão, direta ou indireta, por qualquer dos Acionistas, de seu direito de preferência para a subscrição de novas Ações ou valores mobiliários conversíveis em Ações ou permutáveis por Ações. Os prazos para o exercício do direito de preferência em relação à cessão do direito de preferência na emissão dessas novas Ações e valores mobiliários são os seguintes: (a) 10 dias da aprovação do aumento de capital para o recebimento, pelos Acionistas Ofertados, da notificação do Acionista Ofertante, contendo os Termos da Oferta; (b) 10 dias para o exercício do direito de preferência pelos Acionistas Ofertados; (c) 05 dias para a aquisição de todos os direitos de subscrição oferecidos. **Art. 31** A transferência ou cessão de Ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas Ações ou valores mobiliários conversíveis em Ações da Sociedade para um terceiro ou para uma Afiliada, será válida e eficaz somente se o cessionário aderir, por escrito, e sem quaisquer restrições, aos termos e condições previstas neste Estatuto Social. **Capítulo VIII. Disposições gerais. Art. 32** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. **Art. 33** Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste Estatuto Social. **Art. 34** Os casos omissos serão resolvidos de conformidade com a Lei. 6.404 de 15/12/1976, com as modificações das Leis posteriores e demais legislações em vigor. São Paulo, 21/09/20. JUCESP/NIRE nº 3530056117-1. JUCESP nº 521.896/20-4 em 10/12/20. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Viracopos Estacionamento S.A.

CNPJ/MF nº 17.235.766/0001-58 - NIRE 35.300.446.810 - ("VESA")

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 01 de setembro de 2022.

1. Data, Horário e Local da Assembleia. Realizada em 01 de setembro do ano de 2022, às 10h00, na sede social da VESA, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, Rodovia Santos Dumont, Km 66, s/nº, Prédio Administrativo, CEP 13052-900. **2. Convocação e Presença.** Devidamente convocada, compareceu à presente Assembleia Geral Ordinária a acionista Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("ABVSA" ou "Acionista Única"), representando a totalidade do capital social da VESA. Diante disso, o conclave foi regularmente instalado, na forma do § 4º do artigo 124 da Lei das S.A. **3. Mesa.** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Gustavo Müssnich ("Presidente da Mesa") e secretariados por Pablo Fortes Iglesias. **4. Ordem do Dia.** Apreciar e deliberar sobre as seguintes matérias: (i) Tomada de conta dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da VESA referentes aos exercícios sociais ocorridos em 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021; e (ii) Destinação de lucro líquido. **5. Deliberações.** Instalada a reunião, lidas as matérias constantes na Ordem do Dia, a Acionista Única passou à análise e deliberação, nos seguintes termos: 5.1. Com a palavra, o Presidente da Mesa destacou que o Conselho de Administração da ABVSA ("CA") se reuniu, em 17 de agosto de 2022, para, dentre outros assuntos, deliberar sobre as demonstrações financeiras da subsidiária integral VESA, relativamente aos anos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021. Ao final das discussões, o CA decidiu, de maneira unânime e sem ressalvas, pela integral aprovação das demonstrações financeiras da VESA, deliberação que, nos termos do artigo 19, xxvii, do Estatuto Social da Única Acionista ("ES"), vincula o voto dos representantes da ABVSA nesta Assembleia Geral Ordinária. 5.2. Feitos esses esclarecimentos, a ABVSA deliberou, com relação ao item (i) da Ordem do Dia, pela aprovação das demonstrações financeiras da VESA para os anos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021. 5.3. Com relação ao item (ii) da Ordem do Dia, a Acionista Única deixou de destinar lucros, haja vista que a VESA apresentou prejuízo em todos os exercícios analisados. **6. Lavratura da Ata e Publicação.** Por deliberação da Acionista Única, foi aprovada a lavratura da ata desta Assembleia na forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos presentes, conforme autorizam os parágrafos 1º e 2º do artigo 130 da Lei das S.A. **7. Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente deu por encerrada a assembleia geral ordinária, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos integrantes da Mesa desta Assembleia. (Mesa: Gustavo Müssnich - Presidente; Pablo Fortes Iglesias - Secretário. Única Acionista: Aeroportos Brasil S.A., representada conjuntamente por Gustavo Müssnich - Diretor Presidente e Fabio Tosta Gadelha Souza - Diretor Administrativo Financeiro). Campinas, 01 de setembro de 2022. **Presidente** - Gustavo Müssnich; **Secretário** - Pablo Fortes Iglesias, OAB/SP 369.194. **Acionista Aeroportos Brasil - Viracopos S.A.:** Gustavo Müssnich - Diretor Presidente; Fabio Tosta Gadelha Souza - Diretor Administrativo Financeiro. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 100.139/23-1 em 10/03/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

Diana Bioenergia Avanhandava S.A.

CNPJ/ME nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440

Ata de Assembleia Geral dos Titulares de Debêntures Da 2ª (Segunda) Série Da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, em 2 (Duas) Séries, para Distribuição Pública com Esforços restritos, da Diana Bioenergia Avanhandava S.A., Realizada em 29 de março de 2022

1. Data, Hora e Local: em 29 de março de 2022, às 16:00 horas, de modo exclusivamente digital, que, conforme o parágrafo 2º do artigo 3º da Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020, conforme alterada ("Instrução CVM 625"), é considerada realizada na sede social da Diana Bioenergia Avanhandava S.A. ("Companhia"), na Cidade de Avanhandava, Estado de São Paulo, na Fazenda Nova Recreio, s/n, Bairro Fareló, CEP 16360-000. **2. Convocação:** dispensada a convocação, tendo em vista que se verificou a presença de debenturistas representando 100% (cem por cento) das debêntures da 2ª (segunda) série da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória, em 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos, da Companhia ("Debêntures 2ª Série" e "Emissão", respectivamente) em circulação, nos termos do artigo 71, parágrafo 2º, e artigo 124, parágrafo 4º, ambos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **3. Presença:** presente os debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures 2ª Série em circulação ("Debenturistas 2ª Série"), a LAAX Empreendimentos e Participações Ltda., Renata Sodré Viana Egreja Junqueira e Ricardo Martins Junqueira na qualidade de fidejutores ("Fidejutores"), conforme verificou-se das assinaturas ao final desta ata. Presentes, ainda, os representantes da Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário") e os representantes da Companhia. **4. Mesa:** Presidida pela Sr. Larissa Monteiro de Araújo e secretariado pelo Sr. Victor Alencar Pereira. **5. Ordem do Dia:** deliberar sobre: (i) A rratificação do item (ii) das Deliberações tomadas na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 09 de março de 2022, onde constou que o pagamento do Waiver Fee seria realizado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de realização da Assembleia, quando deveria constar que o pagamento do prêmio será realizado no dia 29 de março de 2022. O pagamento do prêmio é de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) sobre o saldo devedor das Debêntures 2ª Série do dia 23 de março de 2022; e a autorização ao Agente Fiduciário, à Companhia e aos Fidejutores para praticar todas as providências necessárias para a formalização do item acima. **6. Deliberações:** examinadas e debatidas a matérias constantes da Ordem do Dia, os Debenturistas 2ª Série, representando 100% (cem por cento) das Debêntures 2ª Série em circulação, deliberaram: (i) aprovar a rratificação do item (ii) das Deliberações tomadas na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 09 de março de 2022, onde constou que o pagamento do Waiver Fee seria realizado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de realização da Assembleia, quando deveria constar que o pagamento do prêmio será realizado no dia 29 de março de 2022. O pagamento do prêmio é de 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento) sobre o saldo devedor das Debêntures 2ª Série do dia 23 de março de 2022; e (ii) aprovar a autorização ao Agente Fiduciário, à Companhia e aos Fidejutores para praticar todas as providências necessárias para a formalização do item acima. **7. Ratificação:** ficam ratificados todos os demais termos e condições da Escritura de Emissão não alterados nos termos desta ata, bem como todos os demais documentos relacionados à Emissão até o integral cumprimento da totalidade das obrigações previstas na Escritura de Emissão. Os termos que não estejam expressamente definidos nesta ata terão o significado a eles atribuídos na Escritura de Emissão. **8. Encerramento:** nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada esta assembleia e lavrada a presente ata, que lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes. Avanhandava-SP, 29 de março de 2022. Larissa Monteiro de Araújo – Presidente CPF: 369.390.668-88; Victor Alencar Pereira – Secretário CPF: 316.935.038-24. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 26.760/23-0 em 20/01/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A

CNPJ/ME nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 01 de agosto de 2022

Local: Avanhandava/SP – Fazenda Nova Recreio, s/nº, Caixa Postal 25, CEP 16360-000. **Data:** – 01 de agosto de 2022, às 10:00 hs. **Convocação dos Conselheiros:** – Dispensada a convocação prévia dos conselheiros, tendo em vista o comparecimento de todos os membros do conselho, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 11 da Estatuto Social. **Composição da Mesa:** – Por aclamação foi eleito para presidir a Assembleia o conselheiro Ricardo Martins Junqueira, que convidou a mim, Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, para secretariar a sessão. Com a palavra o Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia Geral Ordinária para deliberar sobre os seguintes assuntos da Ordem do Dia: a) Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultados e demais peças contábeis relativas aos exercícios findos em 31/03/2022 e 31/03/2021; b) Outros assuntos de interesse da Companhia, pertinentes à matéria. **Deliberações:** – O Sr. Presidente da mesa prestou esclarecimentos acerca das propostas, objeto de deliberações nesta Assembleia, colocando em discussão os documentos mencionados no item "a" da Ordem do Dia, que foram aprovados por unanimidade, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, informando que os mesmos foram publicados no jornal "Data Mercantil (Impresso e digital)", ambos na edição de 30/07/2022. **Encerramento:** – Esgotados os assuntos o Sr. Presidente franqueou a palavra e, como ninguém quisesse fazer uso, declarou encerrada esta Assembleia Geral Ordinária, tendo sido a ata lavrada em forma de sumário na forma do Artigo 130 da Lei 6.404/76. Ata esta assinada pelo Sr. Presidente, por mim, Secretário e por todos os demais conselheiros presentes. Avanhandava, 01 de agosto de 2022. **aa) Ricardo Martins Junqueira – Presidente; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira – Secretária. Conselheiros: Ricardo Martins Junqueira; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira; André Luiz Monaretti.** Declaramos estar conforme o original lançado no livro de Assembleias Gerais da Companhia. **Ricardo Martins Junqueira; Renata Sodré V. Egreja Junqueira; André Luiz Monaretti.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 605.202/22-9 em 05/10/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A

CNPJ/ME nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 02 de dezembro de 2021

Local: Avanhandava/SP – Fazenda Nova Recreio, s/nº, Caixa Postal 25, CEP 16360-000. **Data:** 02 de dezembro de 2021 às 10:00 hs. **Convocação dos Conselheiros:** Dispensada a convocação prévia dos conselheiros, tendo em vista o comparecimento de todos os membros do conselho, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 11 da Estatuto Social. **Composição da Mesa:** Por aclamação foi eleito para presidir a Assembleia o conselheiro Ricardo Martins Junqueira, que convidou a mim, Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, para secretariar a sessão. **Ordem do Dia:** Discussão e aprovação do andamento operacional da safra e o acompanhamento do orçamento, bem como contratação de empresa terceirizada para levantamento de crédito extemporâneo de PIS e COFINS e Revisão de ambiente de TI (IT Audit). **Assuntos Tratados e Deliberações Tomadas:** O Sr. Presidente procedeu a explanação sobre o andamento operacional da safra, acompanhamento dos custos e orçamento e resultado financeiro da Companhia até o presente momento e foi aprovado por unanimidade, sem nenhuma objeção os números apresentados. Foram aprovadas as contratações da empresa LPL Consultoria Tributária para realizar o trabalho de levantamento de crédito extemporâneo de PIS e COFINS e a empresa KPMG Auditores Independentes para realizar a revisão de ambiente de TI (IT Audit). **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi esta ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Avanhandava, 02 de dezembro 2021. Assinaturas: Ricardo Martins Junqueira – Presidente; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira – Secretária. Conselheiros: Ricardo Martins Junqueira, Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, André Luiz Monaretti. Declaramos estar conforme o original lançado no livro de Reuniões do Conselho de Administração. Ricardo Martins Junqueira, Renata Sodré V. Egreja Junqueira, André Luiz Monaretti. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 605.311/22-5 em 05/10/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A

CNPJ/ME nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 07 de outubro de 2021

Local: Avanhandava/SP – Fazenda Nova Recreio, s/nº, Caixa Postal 25, CEP 16360-000. **Data:** 07 de outubro de 2021 às 10:00 hs. **Convocação dos Conselheiros:** Dispensada a convocação prévia dos conselheiros, tendo em vista o comparecimento de todos os membros do conselho, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 11 da Estatuto Social. **Composição da Mesa:** Por aclamação foi eleito para presidir a Assembleia o conselheiro Ricardo Martins Junqueira, que convidou a mim, Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, para secretariar a sessão. **Ordem do Dia:** Discussão e aprovação do andamento operacional da safra e o acompanhamento do orçamento. **Assuntos Tratados e Deliberações Tomadas:** O Sr. Presidente procedeu a explanação sobre o andamento operacional da safra, acompanhamento dos custos e orçamento e resultado financeiro da Companhia até o presente momento e foi aprovado por unanimidade, sem nenhuma objeção os números apresentados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi esta ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Avanhandava, 07 de outubro 2021. **aa) Ricardo Martins Junqueira – Presidente; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira – Secretária. Conselheiros: Ricardo Martins Junqueira; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira; André Luiz Monaretti.** Declaramos estar conforme o original lançado no livro de Reuniões do Conselho de Administração. Ricardo Martins Junqueira; Renata Sodré V. Egreja Junqueira; André Luiz Monaretti. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 605.314/22-6 em 05/10/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A

CNPJ/ME nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 01 de setembro de 2022

Local: Avanhandava/SP – Fazenda Nova Recreio, s/nº, Caixa Postal 25, CEP 16360-000. **Data:** 01 de setembro de 2022 às 10:00 hs. **Convocação dos Acionistas:** Dispensada a convocação prévia dos acionistas, tendo em vista o comparecimento de acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 4º do Artigo 133 da Lei nº 6.404/76. **Comparecimento:** Compareceram acionistas representando a totalidade do capital social, o que foi constatado pelas respectivas assinaturas lançadas no Livro Registro de presença de Acionistas. **Composição da Mesa:** Por aclamação foi eleito para presidir a Assembleia o acionista Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, que convidou a mim, Ricardo Martins Junqueira, para secretariar a sessão. Com a palavra a Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre os seguintes assuntos da Ordem do Dia: Autorizar o encerramento e baixa nos órgãos competentes da filial situada a Rodovia Marechal Rondon, km 484, na Fazenda Aparecida no município de Penápolis, estado de São Paulo, CNPJ 45.902.707/0009-89, Inscrição Estadual 521.153.742.119 e NIRE 35902813829. **Deliberações:** A Sr. Presidente informou aos presentes que os acionistas deliberaram por unanimidade de votos: Autorizou o encerramento e baixa nos órgãos competentes da filial situada a Rodovia Marechal Rondon, km 484, na Fazenda Aparecida no município de Penápolis, estado de São Paulo, CNPJ 45.902.707/0009-89, Inscrição Estadual 521.153.742.119 e NIRE 35902813829. A Assembleia deliberou ainda determinar que a Diretoria tome todas as providências necessárias para a concretização das matérias ora aprovadas. **Encerramento:** Esgotados os assuntos a Sr. Presidente franqueou a palavra e, como ninguém quisesse fazer uso, declarou encerrada esta Assembleia Geral Extraordinária, tendo sido a ata lavrada em forma de sumário na forma do Artigo 130 da Lei 6.404/76. Ata esta assinada pela Sr. Presidente, por mim, Secretário e por todos os demais acionistas presentes. Avanhandava, 01 de setembro de 2022. **aa) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira – Presidente; Ricardo Martins Junqueira – Secretário. Acionistas: Renata Sodré Viana Egreja Junqueira; LAAX Empreendimentos e Participações Ltda., representada por Ricardo Martins Junqueira.** Declaramos estar conforme o original lançado no livro de Assembleias Gerais da Companhia. **Renata Sodré V. Egreja Junqueira – Presidente; Ricardo Martins Junqueira – Secretário.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 482.659/22-1 em 22/09/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A

CNPJ/ME nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 26 de julho de 2022

Local: Avanhandava/SP – Fazenda Nova Recreio, s/nº, Caixa Postal 25, CEP 16360-000. **Data:** – 26 de julho de 2022 às 10:00 hs. **Convocação dos Acionistas:** – Dispensada a convocação prévia dos acionistas, tendo em vista o comparecimento de acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do parágrafo 4º do Artigo 133 da Lei nº 6.404/76. **Comparecimento:** – Compareceram acionistas representando a totalidade do capital social, o que foi constatado pelas respectivas assinaturas lançadas no Livro Registro de presença de Acionistas. **Composição da Mesa:** – Por aclamação foi eleito para presidir a Assembleia o acionista Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, que convidou a mim, Ricardo Martins Junqueira, para secretariar a sessão. Com a palavra a Sr. Presidente declarou instalada a Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre os seguintes assuntos da Ordem do Dia: a) Eleição do conselho de administração; b) Outros assuntos de interesse da sociedade, pertinentes à matéria. **Deliberações:** – A Sr. Presidente informou aos presentes que os acionistas deliberaram por unanimidade de votos: Releveu o conselho de administração com mandato de 1 (um) ano, os quais tomarão posse por meio da assinatura dos competentes termos de posse, lavrados no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, nos termos do artigo 149 da LSA, quais sejam: • Sr. Ricardo Martins Junqueira, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do RG nº 9.302.456-3 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 105.230.028-66, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 3688, Apartamento 301, Cerqueira César, CEP 01416-000, designado como Presidente do Conselho de Administração; • Sr. Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, brasileira, casada, médica, portadora da Cédula de Identidade RG nº 9.895.118 SSP/SP e inscrita no CPF/ME sob o nº 126.362.988-19, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua da Consolação, nº 3.688, apto. 301, Cerqueira César, CEP 01416-000, designada como Vice-Presidente do Conselho de Administração; e • Sr. André Luiz Monaretti, brasileiro, maior, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, auditor, nascido dia 21/01/1966, portador da Carteira de Identidade RG nº 12.356.834-1 e inscrito no CPF/ME sob o nº 088.125.478-93, residente e domiciliado na Rua Passei dos Tangarás, nº 101, Parque Faber Castell II, na cidade de São Carlos, estado de São Paulo, CEP 13561-394, designado como Conselheiro Independente. **Declaração de Desempedimento:** Os conselheiros ora reeleitos compareceram à presente e declararam, sob as penas da lei e nos termos do artigo 147 da LSA, que: (a) não estão impedidos por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por quaisquer outros crimes que os impedirem de exercer atividades mercantis; (b) atendem aos requisitos de reputação ilibada estabelecidos pelo artigo 147, § 3º, da LSA; (c) não ocupam cargos em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia e não têm, nem representam, interesse conflitante com o da Companhia, na forma do artigo 147, § 3º, incisos I e II, da LSA. **Encerramento:** Esgotados os assuntos a Sr. Presidente franqueou a palavra e, como ninguém quisesse fazer uso, declarou encerrada esta Assembleia Geral Extraordinária, tendo sido a ata lavrada em forma de sumário na forma do Artigo 130 da Lei 6.404/76. Ata esta assinada pela Sr. Presidente, por mim, Secretário e por todos os demais acionistas presentes. Avanhandava, 26 de julho de 2022. **aa) Renata Sodré Viana Egreja Junqueira – Presidente Ricardo Martins Junqueira – Secretário. Acionistas: Renata Sodré Viana Egreja Junqueira; LAAX Empreendimentos e Participações Ltda. – representada por Ricardo Martins Junqueira.** Declaramos estar conforme o original lançado no livro de Assembleias Gerais da Companhia. **Renata Sodré V. Egreja Junqueira – Presidente; Ricardo Martins Junqueira – Secretário.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 607.486/22-3 em 06/10/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A

CNPJ/ME nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 04 de março de 2022

Local: Avanhandava/SP – Fazenda Nova Recreio, s/nº, Caixa Postal 25, CEP 16360-000. **Data:** – 04 de março de 2022 às 10:00 hs. **Convocação dos Conselheiros:** – Dispensada a convocação prévia dos conselheiros, tendo em vista o comparecimento de todos os membros do conselho, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 11 da Estatuto Social. **Composição da Mesa:** – Por aclamação foi eleito para presidir a Assembleia o conselheiro Ricardo Martins Junqueira, que convidou a mim, Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, para secretariar a sessão. **Ordem do Dia:** Discussão e aprovação do andamento operacional da safra e o acompanhamento do orçamento, bem como acordar prazo e procedimentos para a realização da auditoria das Demonstrações Financeiras por auditoria independente (KPMG). **Assuntos Tratados e Deliberações Tomadas:** O Sr. Presidente procedeu a explanação sobre o andamento operacional da safra, acompanhamento dos custos e orçamento e resultado financeiro da Companhia até o presente momento e foi aprovado por unanimidade, sem nenhuma objeção os números apresentados. Foi acordado prazo e os procedimentos que serão adotados na realização da auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de março de 2022, que será realizada por empresa de auditoria independente, notadamente a KPMG Auditores Independentes. **Encerramento:** – Nada mais havendo a tratar, foi esta ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Avanhandava, 04 de março 2022. **aa) Ricardo Martins Junqueira – Presidente; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira – Secretária. Conselheiros: Ricardo Martins Junqueira; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira; André Luiz Monaretti.** Declaramos estar conforme o original lançado no livro de Reuniões do Conselho de Administração. Ricardo Martins Junqueira; Renata Sodré V. Egreja Junqueira; André Luiz Monaretti. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 608.073/22-2 em 06/10/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Diana Bioenergia Avanhandava S/A

CNPJ/ME nº 45.902.707/0001-21 – NIRE 35.300.465.440

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 10 de agosto de 2021

Local: Avanhandava/SP – Fazenda Nova Recreio, s/nº, Caixa Postal 25, CEP 16360-000. **Data:** 10 de agosto de 2021 às 10:00 hs. **Convocação dos Conselheiros:** Dispensada a convocação prévia dos conselheiros, tendo em vista o comparecimento de todos os membros do conselho, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 11 da Estatuto Social. **Mesa:** Por aclamação foi eleito para presidir a Assembleia o conselheiro Ricardo Martins Junqueira, que convidou a mim, Renata Sodré Viana Egreja Junqueira, para secretariar a sessão. **Ordem do Dia:** Discussão e aprovação do andamento operacional da safra e o acompanhamento do orçamento. **Assuntos Tratados e Deliberações Tomadas:** O Sr. Presidente procedeu a explanação sobre o andamento operacional da safra, acompanhamento dos custos e orçamento e resultado financeiro da Companhia até o presente momento e foi aprovado por unanimidade, sem nenhuma objeção os números apresentados. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi esta ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Avanhandava, 10 de agosto 2021. **aa) Ricardo Martins Junqueira – Presidente; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira – Secretária. Conselheiros: Ricardo Martins Junqueira; Renata Sodré Viana Egreja Junqueira; André Luiz Monaretti.** Declaramos estar conforme o original lançado no livro de Reuniões do Conselho de Administração. Ricardo Martins Junqueira; Renata Sodré V. Egreja Junqueira; André Luiz Monaretti. JUCESP – Registrado sob o nº 605.310/22-1 em 05/10/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/03/2023



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

VERALLIA BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 60.853.942/0001-44

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em atendimento às obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021. Colocamos-nos à disposição para esclarecimentos adicionais.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Em milhares de reais)

Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	2022	2021
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	145.336	260.095	Fornecedores	236.979	171.883
Contas a receber	201.536	124.928	Passivos de arrendamentos	2.599	4.090
Estoques	126.934	76.031	Instrumentos financeiros derivativos	1.012	2.658
			Salários, bônus e encargos sociais	36.075	31.517
Tributos a recuperar	26.041	72.443	Tributos a recolher	12.029	11.212
Outros ativos	2.821	2.828	Empréstimos financeiros	18.162	25.695
	502.668	536.325	Outros passivos	80.450	54.293
Ativos não circulante realizável a longo prazo			Não circulante		
Tributos a recuperar	29.868	8.573	Empréstimos intra-grupo	191.721	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.653	-	Empréstimos financeiros	-	18.047
Depósitos judiciais e recursais	2.042	1.879	Passivos de arrendamentos	1.844	1.293
	36.563	10.452	Provisões para contingências	51.199	13.384
			Imposto de renda e contribuição social diferido	-	8.158
Ativos direito de uso	3.975	4.466	Total do passivo não circulantes	244.764	40.882
Investimentos	273.839	225.582	Patrimônio líquido		
Intangível	2.395	2.802	Capital social	688.590	688.590
Imobilizado	913.828	584.761	Reserva legal	59.094	45.078
	1.194.037	817.611	Reservas de lucros	353.514	288.490
Total do ativo	1.733.268	1.364.388	Total do patrimônio líquido	1.101.198	1.022.158
			Total do passivo e patrimônio líquido	1.733.268	1.364.388

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Em milhares de reais)

	2022	2021		2022	2021
Lucro bruto	467.799	372.317	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	354.116	357.372
Despesas operacionais			Imposto de renda e contribuição social	(87.857)	(91.018)
Com vendas, gerais e administrativas	(88.009)	(86.743)	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.060	(2.560)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(24.636)	56.744	Lucro líquido do exercício	280.319	263.794
Lucro operacional antes do resultado financeiro	355.154	342.318	Quotas em circulação no final do exercício (em milhares)	209.460	209.460
Resultado financeiro			Lucro líquido por quotas do capital social no fim do exercício - R\$	1,34	1,26
Recietas (despesas) financeiras, líquidas	(49.296)	(5.887)			
Equivalência Patrimonial	48.258	20.941			

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Capital realizado	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	688.590	31.888	153.386	-	873.864
Lucro líquido do exercício				263.794	263.794
Para reserva de lucros			135.104	(135.104)	-
Para reserva legal		13.190		(13.190)	-
Lucros distribuídos:				(115.500)	(115.500)
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos					
Em 31 de dezembro de 2021	688.590	45.078	288.490	-	1.022.158
Lucro líquido do exercício				280.320	280.320
Para reserva de lucros			65.024	(65.024)	-
Para reserva legal		14.016		(14.016)	-
Lucros distribuídos:				(201.280)	(201.280)
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos					
Em 31 de dezembro de 2022	688.590	59.094	353.514	-	1.101.198

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (Em milhares de reais)

	2022	2021		2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do IRPJ e da contribuição social	354.116	357.372	Imposto de renda e contribuição social pagos	(94.979)	(91.172)
Ajustes			Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	311.063	285.249
Depreciação e amortização	60.362	52.987	Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Depreciação de direito de uso	5.686	4.303	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(390.335)	(143.791)
Valor residual do ativo permanente baixado	938	1.538	Venda de ativo imobilizado	292	510
Resultado de equivalência patrimonial	(48.258)	(20.941)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(390.043)	(143.281)
Instrumentos financeiros líquido	(3.007)	2.501	Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Outras Provisões	38.823	(1.655)	Captação de empréstimos	191.721	-
	408.660	396.105	Pagamentos empréstimos	(23.844)	(28.300)
Variação nos Ativos e Passivos			Pagamentos de arrendamentos mercantil	(2.376)	(2.608)
Contas a receber	(76.595)	(12.735)	Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(201.280)	(115.500)
Estoques	(47.603)	(17.931)	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(35.779)	(146.408)
Impostos a recuperar	25.108	(64.307)	Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(114.759)	(4.440)
Outros ativos	7	(1.586)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	260.095	264.535
Depósitos judiciais e recursais	(163)	541	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	145.336	260.095
Fornecedores	65.096	59.028			
Salários e encargos sociais	4.558	8.914			
Impostos a recolher	817	(5.271)			
Outros passivos	26.157	13.663			
Caixa gerado pelas operações	406.042	376.421			

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 (Em milhares de reais)

1. **Contexto Operacional:** A Companhia tem como atividade preponderante a industrialização e comercialização de embalagens de vidro. 2. **Principais Diretrizes Contábeis:** (a) Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime de competência e abrange os 12 meses dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. (b) Ativos circulante e não circulante: A provisão para contas de cobrança duvidosas foi efetuada em bases consideradas suficientes para cobertura de eventuais prejuízos na realização dos créditos. Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção ou aos valores de realização quando os mesmos forem inferiores ao custo de reposição. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos monetários auferidos e os ajustes necessários para atualizá-los ao valor presente. (c) Permanente: Demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro (quando aplicável), combinado com os seguintes aspectos: • Investimentos em empresa controlada, avaliado pelo método de equivalência patrimonial ajustável quando aplicável. • Depreciação do imobilizado, calculada pelo método linear às taxas, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens conforme determinação da nova legislação. (d) Passivos circulante e não circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, ajustados, quando aplicável, dos correspondentes encargos e provisões necessárias. 3. **Patrimônio Líquido:** Capital social: O Capital social subscrito e integralizado está dividido em 209.460.245 ações ordinárias, sem valor nominal. 4. **Seguros:** A Companhia possui apólices de seguro de riscos globais que, em face da descentralização das instalações industriais, é suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e de responsabilidade civil.

DIRETORIA		
Quintin Testa Dominguez	Marlene Ayako Miwa	José Augusto Barreto
CONTADOR		
José Augusto Barreto - CRC RS 047826/0		

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira no lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 25/03/2023

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

